MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

21 de outubro de 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Estado
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Oficina debate gestão de resíduos sólidos em Paço do Lumiar

A oficina "Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: construindo soluções" foi realizada nesta quarta-feira, 19, na sede das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar, destinada a gestores públicos, vereadores, empresários locais, líderes comunitários, associações de catadores de lixo e populares em geral. O prefeito eleito do município, Domingos Dutra, e o promotor de justiça Marco Aurélio Barros, da 3ª Promotor da Fazenda Pública, estiveram presentes.

O evento é resultado de uma parceria da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar com o Instituto Maranhão Sustentável, entidade que pesquisa e desenvolve ações para promover o desenvolvimento sustentável.

Na abertura, a titular da 3ª Promotoria, promotora de justiça Nádia Cerqueira, explicou que o objetivo do treinamento, que também será desenvolvido em outras etapas, é promover a capacitação de diversos segmentos da sociedade sobre a política de resíduos sólidos e buscar alternativas sustentáveis para a questão ambiental.

"Espero que todos possamos aproveitar os conhecimentos aqui compartilhados, para que obtenhamos condições de enfrentar a realidade, ainda presente dos lixões, o que é algo inadmissível", enfatizou a representante do Ministério Público.

A bióloga Luzenice Macedo, com mestrado em Saúde e Ambiente e especialização em gestão ambiental, ministrou a oficina.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Informe JP
DATA 21 / 10 / 2016	Página 03	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Pagamento de servidores

O Ministério Público do Maranhão requereu que a Justiça obrigue o Município de Governador Nunes Freire a adotar, no prazo de 48 horas, providências para pagar o salário do mês de setembro aos servidores da Educação, bem como a motoristas, agentes administrativos, vigias e auxiliares operacionais de serviços diversos.

Não sendo comprovada a quitação dos vencimentos, foi pedido que a Justiça determine o bloqueio de 60% dos recursos do Fundeb, destinados a este fim, bem como das verbas destinadas ao pagamento dos demais servidores.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Despoluição das praias é apenas aparente, alerta pesquisadora

Edileia Dutra Pereira afirma que, para despoluição, seria necessário que todas as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) estivessem em pleno funcionamento

ADRIANO MARTINS COSTA
Da equipe de O Estado

Apesar de estarem liberadas para banho, as praias de São Luís não estão despoluídas. Para que isso ocorra, é necessário que todas as quatros estações de tratamento de esgoto (ETEs) da cidade estejam funcionando com 100% de sua capacidade. O alerta é da professora Edileia Dutra Pereira, pós-doutora em Geologia pela Universidade de Wageningen na Holanda e pesquisadora nas áreas de hidrogeologia e qualidade do solo e da água.

Hoje, a capital maranhense tem três ETEs em funcionamento: Iaracati, Bacanga e Vinhais. Esta última, recém-inaugurada, está operando apenas com 30% de sua capacidade. A quarta estação – Anil - está sendo construída na margem esquerda do rio de mesmo nome.

Para a pesquisadora, não se pode falar em despoluição das praias, mesmo com a retirada dos pontos mais críticos de despejo de esgotos em rios que deságuam diretamente nas praias, isso porque, além dos pontos que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) tem eliminado, existem aqueles que não são controlados, clandestinos, e esses também causam um dano enorme ao meio ambiente.

"O que ocorreu agora, analisando com mais calma, é que muitos pontos que estavam escorrendo diretamente para as praias, com as obras da Caema, foram retiradas para trazer para dentro da ETE do Vinhais, e aí uma parte da praia ficou com a balneabilidade boa, mas isso é apenas sazonal, o que não é despoluição. É uma despoluição aparente, poderíamos dizer. Porque ainda temos poluição pela foz dos rios Anil e Bacanga", analisa a professora.

Poluição dos rios

Os rios de São Luís são os principais poluidores da orla, mesmo que muitos deles não desemboquem diretamente nas praias, a sujeira acaba sendo levada para as regiões de lazer por meio da corrente marítima. "A grande questão que a gente, como pesquisadora, analisa é que, para que as praias estejam despoluídas, é necessário que cesse a fonte de poluição, que são os esgotos *in natura* que saem da foz dos rios Bacangas, Anil e Paciência", ressalta.

Para se ter uma ideia, o Rio Paciência, que nasce nas proximidades do aeroporto, já está com seu curso superior, que é a primeira parte dele, completamente comprometido pela contaminação. Nessa região, que devia ser de água limpa e cristalina, já existe um veio de águas escuras e fétidas que vão se espalhar até a desembocadura na Baía do Curupu. Essa contaminação da água superior, também se reflete na água subterrânea.

Segundo a professora, toda essa região que envolve os mananciais do Rio Paciência está povoada e pelo menos 95% do terreno está impermeabilizado. Isso compromete o sistema de recarga do rio, já que a água da chuva, que deveria escorrer para o leito do rio e também para as fontes subterrâneas, fica na superfície e geralmente evapora, ou então termina lavando o solo, cheio de lixo e impurezas até o ribeiro mais próximo.

> "Não precisa nem a gente fazer uma análise química. É só a água estar escura e fétida que tem uma contaminação. Não precisamos nem coletar e levar ao laboratório"
>
> EDILEIA DUTRA PEREIRA, pós-doutora em Geologia

A situação do Rio Paciência se repete com a mesma fluência nas outras bacias hidrográficas da ilha de Upaon-Açu, tais como Bacanga e Anil. "Nessa água, você tem uma grande quantidade de efluentes contaminados desembocando nas baías, que, por meio das correntes marítimas, desemboca nas praias", afirma.

Contraprova

Edileia Pereira ressalta que a metodologia utilizada pelos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente para determinar a balneabilidade das praias de São Luís é excelente, mas ela destaca também a necessidade de uma contraprova, feita por uma universidade, ou outra instituição, com relação à presença de coliformes fecais, *e. coli* e termotolerantes.

Isso porque, como pesquisadora, o que ela prega acima de tudo é a precaução, já que o cenário na região pode mudar completamente de um dia para o outro. Atualmente, por exemplo, o período seco tem contribuído, em parte, para o laudo positivo da Sema, já que as praias não estão recebendo uma grande carga de poluentes, tanto por ramificação dos rios como do escoamento superficial e da lixiviação das águas durante os eventos chuvosos.

Então, pode ser que, com o retorno do período chuvoso, a situação de balneabilidade mude. Por isso, é fundamental que os efluentes sejam completamente retirados dos rios e a coleta de esgotos seja direcionada para a estação de tratamento. "Quando chove, a água pluvial se mistura com a do esgoto. Então, você tem disseminação de coliformes fecais e isso é muito ruim para a saúde pública. Então, você imagina essa água sendo trazida, para dentro dos rios. É um problema para os rios e, consequentemente, praias", destaca.

Audiência

Na quarta-feira, durante a audiência realizada na Assembleia Legislativa, o secretário estadual de Meio Ambiente, Marcelo Coelho, esclareceu como são feitas as análises e emitidos os laudos de balneabilidade das praias de São Luís.

Ele informou sobre a obrigatoriedade da divulgação dos laudos baseados na Resolução Conama e de sua divulgação semanal. Segundo ele, após o trabalho de interceptação de esgotos feitos pela Caema, os laudos mostram que todos os 21 pontos constantemente monitorados pelo Laboratório de Análises Ambientais (LAA) apresentam condições próprias para banho.

Os laudos técnicos feitos mediante coletas e análises das condições da água do mar são emitidos pelo Governo do Estado, no qual todos os 21 pontos monitorados constantemente pela equipe do LAA, da Semа, apresentaram níveis de enterococcus abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). ●

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com

Flora Dolores

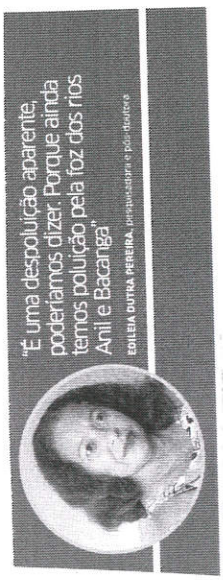
Rio Pimenta, na praia do Caolho, com água escura é mostra de poluição

Ocupação desordenada favorece a poluição

O problema das ocupações humanas em torno de nascentes e mananciais de rios é um problema que prejudica constantemente a cidade. Temos no coração da Ilha um desses maiores exemplos, que é o Parque Ambiental do Bacanga, criado para abrigar os mananciais abastecedores de São Luís. Com o tempo, a região foi tomada por ocupações desordenadas, que não têm nenhum tipo de planejamento com relação aos esgotos, resultando em nascentes e igarapés poluídos. Mas os rios dessa região geralmente partem para o reservatório do Batatã, que serve a boa parte da cidade.

"Alguns igarapés estão sendo poluídos por esgotos que procedem da área do Terminal Rodoviário de São Luís e do bairro Santo Antônio. O Rio Batatã tem suas nascentes ameaçadas pelo desmatamento desconrolado e pela retirada clandestina de piçarra; o igarapé que divide a Vila Itamar do Recanto Verde está seco e só serve de canal para dejetos, esgotos doméstico e industrial", explicou o ex-coordenador-geral do Projeto de Implantação do Conselho Gestor do Parque Estadual do Bacanga Murilo Sérgio Drummond, em sua pesquisa sobre o Parque Estadual do Bacanga.

Segundo estudos, nos últimos 30 anos, por causa das ocupações espontâneas e da má gestão de recursos hídricos, São Luís perdeu praticamente todas as suas áreas produtoras de água para abastecimento doméstico. Foram desativados o sistema do Rio Maracanã, que captava água para a Barragem do Batatã, o sistema do Olho d'Água e a antiga Barragem do São Raimundo, além da quase exaustão do Rio Jaguarema. Permanecem apenas os sistemas Sacavem, que compreende o Batatã, e o Paciência.



POLUIÇÃO EM TRÊS IMAGENS

Fotos: Flora Dolores

RIO JAGUAREMA — Lixo e esgoto caindo diretamente das casas na região do Santo Antônio/Pirapora

RIO PACIÊNCIA — Água escura e lixo acumulado na área do rio próximo à Estrada de Ribamar

EM PLENO CENTRO — Esgoto proveniente do Centro Histórico de São Luís caindo diretamente no Rio Anil

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Praias continuam **100% próprias** para o banho

Novo laudo atesta que 100% das praias da região metropolitana de São Luís estão próprias para banho, e boas condições de balneabilidade são mantidas por três semanas consecutivas

Há três semanas consecutivas, banhistas, esportistas e apreciadores da orla da região metropolitana de São Luís têm motivos a comemorar. O novo laudo de balneabilidade divulgado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) ontem atesta que 100% das praias da Grande Ilha continuam com condições adequadas ao banho. O feito já se repete pela terceira semana consecutiva e representa o trabalho ininterrupto realizado pelo governo do Maranhão, por meio do 'Mais Saneamento' para despoluir as praias da Ilha. "Tenho certeza que a despoluição das praias é resultado do trabalho incessante do governo Flávio Dino, com o programa 'Mais Saneamento', despoluindo, assim, rios e praias de São Luís. Inclusive, desde a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Vinhais, esses números só vêm melhorando. Estamos garantindo à população praias limpas e de qualidade para o mergulho", disse o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Marcelo Coelho.

As amostras foram coletadas entre terça-feira (11) e domingo (16), pelo Laboratório de Análises Ambientais (LAA) da Sema. Dos 21 pontos monitorados da orla marítima São Luís e São José de Ribamar, todos apresentaram níveis de enterococcus abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que considera águas das praias próprias para o banho quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo presença de 100 enterococcus/100 mL. As águas das praias serão consideradas impróprias quando não atenderem a este critério ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 400 enterococcus/100 mL (NMP).

GILSON TEIXEIRA

Laudo atestou que 21 pontos monitorados estão liberados para banho

> Tenho certeza que a despoluição das praias é resultado do trabalho incessante do governo Flávio Dino, com o programa 'Mais Saneamento', despoluindo, assim, rios e praias de São Luís. Inclusive, desde a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Vinhais esses números só vêm melhorando. Estamos garantindo à população praias limpas e de qualidade para o mergulho
>
> **Marcelo Coelho,** secretário de Estado de Meio Ambiente

As praias liberadas são: Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio); Ponta d'Areia (em frente ao Edifício Herbene Regadas); atrás do Hotel Praia Mar; atrás do Bar do Dodô; em frente à Praça de Apoio ao Banhista; e em frente ao Hotel Brisa Mar), São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's; em frente à Barraca da Marcela; em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar; em frente ao Ipem e ao Bar Kalamazoo; Foz do Rio Calhau). Calhau (à direita da elevatória II da Caema; em frente à Pousada Tambaú; em frente ao Bar Malibu). Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II); Olho d'Água (A direita da Elevatória Pimenta I); Praia do Meio (São José de Ribamar) e Araçagi (São José de Ribamar). "Este é um resultado que representa a soma de todas as ações que a Caema vem executando no saneamento da capital, mediante expressa determinação do governador Flávio Dino, de quem recebemos, dentre várias outras determinações, a de recuperar a qualidade das praias de São Luís. Por meio do Programa 'Mais Saneamento', estamos instalando equipamentos que garantirão a manutenção desta média que os laudos da Sema vêm apresentando", explicou o diretor-presidente da Caema, Davi Telles.

Mais Saneamento

Outro viés importante do Programa 'Mais Saneamento' é a despoluição de rios, como o Pimenta e Claro, que estão em fase final, e do Calhau, que já teve a licitação para obras iniciada. A Lagoa da Jansen também é beneficiada pelo Programa, uma vez que já teve pelo menos 17 pontos de esgoto retirados na primeira etapa de obras, encerradas no ano passado, e passa agora pela segunda etapa, quando serão retirados mais 20 pontos, aproximadamente. Também estão sendo realizadas a instalação de rede de esgoto nas áreas próximas à Lagoa, como o bairro da Ilhinha, para que o esgoto, que antes era jogado in natura na Lagoa, seja direcionado a uma estação elevatória para, então, ser devidamente tratado em uma ETE.

Saneamento

O programa 'Mais Saneamento' foi lançado pelo governo do estado no ano passado. Executado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), visa elevar o índice de esgoto tratado na capital, que era de 4%, para 70% até o ano de 2018. As ações do 'Mais Saneamento' compreendem a instalação de pontos de interceptação de esgoto, a entrega de duas novas estações de tratamento, a exemplo da ETE Vinhais, que foi entregue em agosto e que tratará progressivamente 40% do esgoto da capital, e da ETE Anil, que está em fase avançada de construção e tratará o esgoto produzido por cerca de 20 bairros. O programa também inclui a reforma das estações de tratamento já existentes (Bacanga e Jaracati); a instalação de 35 novas Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) e de 355km de redes coletoras de esgoto – pelo menos 85km já executados.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno (X) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Novo laudo atesta praias 100% próprias para banho

Dos 21 pontos monitorados da orla marítima São Luís e São José de Ribamar, todos apresentaram níveis de enterococcus abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

Há três semanas consecutivas banhistas, esportistas e apreciadores da orla da Região Metropolitana de São Luís têm motivos a comemorar. O novo laudo de balneabilidade divulgado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) nesta quinta-feira (20) atesta que 100% das praias da Grande Ilha continuam com condições adequadas ao banho. O feito já se repete pela terceira semana consecutiva e representa o trabalho ininterrupto realizado pelo Governo do Maranhão, por meio do 'Mais Saneamento' para despoluir as praias da Ilha.

"Tenho certeza que a despoluição das praias é resultado do trabalho incessante do Governo Flávio Dino, com o programa 'Mais Saneamento', despoluindo, assim, rios e praias de São Luís. Inclusive, desde a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Vinhais esses números só vêm melhorando. Estamos garantindo à população praias limpas e de qualidade para o mergulho", disse o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Marcelo Coelho.

As amostras foram coletadas entre terça-feira (11) e domingo (16), pelo Laboratório de Análises Ambientais (LAA) da Sema. Dos 21 pontos monitorados da orla marítima São Luís e São José de Ribamar, todos apresentaram níveis de enterococcus abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que considera águas das praias próprias para o banho quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo presença de 100 enterococcus/100 mL. As águas das praias serão consideradas impróprias quando não atenderem a este critério ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 400 enterococcus/100 mL (NMP).

O feito já se repete pela terceira semana consecutiva

As praias liberadas são: Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio); Ponta d'Areia (Em frente ao Edifício Herbene Regadas); atrás do Hotel Praia Mar; atrás do Bar do Dodô; em frente à Praça de Apoio ao Banhista; e em frente ao Hotel Brisa Mar), São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's; em frente à Barraca da Marcela; em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar; em frente ao Ipem e ao Bar Kalamazoo; Foz do Rio Calhau), Calhau (à direita da elevatória II da Caema; em frente à Pousada Tambaú; em frente ao Bar Malibu), Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II); Olho d'Água (A direita da Elevatória Pimenta I); Praia do Meio (São José de Ribamar) e Araçagi (São José de Ribamar).

"Este é um resultado que representa a soma de todas as ações que a Caema vem executando no saneamento da capital, mediante expressa determinação do governador Flávio Dino, de quem recebemos, dentre várias outras determinações, a de recuperar a qualidade das praias de São Luís. Por meio do Programa 'Mais Saneamento', estamos instalando equipamentos que garantirão a manutenção desta média que os laudos da Sema vêm apresentando", explicou o diretor-presidente da Caema, Davi Telles.

Saneamento - O programa 'Mais Saneamento' foi lançado pelo Governo do Estado no ano passado. Executado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), visa elevar o índice de esgoto tratado na capital, que era de 4%, para 70% até o ano de 2018. As ações do 'Mais Saneamento' compreendem a instalação de pontos de interceptação de esgoto, a entrega de duas novas estações de tratamento, a exemplo da ETE Vinhais, que foi entregue em agosto e que tratará progressivamente 40% do esgoto da capital, e da ETE Anil, que está em fase avançada de construção e tratará o esgoto produzido por cerca de 20 bairros. O programa também inclui a reforma das estações de tratamento já existentes (Bacanga e Jaracati); a instalação de 35 novas Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) e de 355km de redes coletoras de esgoto - pelo menos 85km já executados.

Outro viés importante do Programa 'Mais Saneamento' é a despoluição de rios, como o Pimenta e Claro, que estão em fase final, e do Calhau, que já teve a licitação para obras iniciada. A Lagoa da Jansen também é beneficiada pelo programa, uma vez que já teve pelo menos 17 pontos de esgoto retirados na primeira etapa de obras, encerradas no ano passado, e passa agora pela segunda etapa, quando serão retirados mais 20 pontos, aproximadamente. Também estão sendo realizadas a instalação de rede de esgoto nas áreas próximas à Lagoa, como o bairro da Ilhinha, para que o esgoto, que antes era jogado in natura na Lagoa, seja direcionado a uma estação elevatória para, então, ser devidamente tratado em uma ETE.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida (X) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

POR 3 SEMANAS CONSECUTIVAS

Novo laudo atesta praias 100% próprias para banho

Há três semanas consecutivas banhistas, esportistas e apreciadores da orla da Região Metropolitana de São Luís têm motivos a comemorar. O novo laudo de balneabilidade divulgado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) ontem (20) atesta que 100% das praias da Grande Ilha continuam com condições adequadas ao banho. O feito já se repete pela terceira semana consecutiva e representa o trabalho ininterrupto realizado pelo Governo do Maranhão, por meio do 'Mais Saneamento' para despoluir as praias da Ilha.

"Tenho certeza que a despoluição das praias é resultado do trabalho incessante do Governo Flávio Dino, com o programa 'Mais Saneamento', despoluindo, assim, rios e praias de São Luís. Inclusive, desde a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Vinhais esses números só vêm melhorando. Estamos garantindo à população praias limpas e de qualidade para o mergulho", disse o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Marcelo Coelho.

As amostras foram coletadas entre terça-feira (11) e domingo (16), pelo Laboratório de Análises Ambientais (LAA) da Sema. Dos 21 pontos monitorados da orla marítima São Luís e São José de Ribamar, todos apresentaram níveis de enterococcus abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que considera águas das praias próprias para o banho quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo presença de 100 enterococcus/100 mL. As águas das praias serão consideradas impróprias quando não atenderem a este critério ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 400 enterococcus/100 mL (NMP).

As praias liberadas são: Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio); Ponta d'Areia (Em frente ao Edifício Herbene Regadas); atrás do Hotel Praia Mar; atrás do Bar do Dodô; em frente à Praça de Apoio ao Banhista; e em frente ao Hotel Brisa Mar), São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's; em frente à Barraca da Marcela; em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar; em frente ao Ipem e ao Bar Kalamazoo; Foz do Rio Calhau), Calhau (à direita da elevatória II da Caema; em frente à Pousada Tambaú; em frente ao Bar Malibu), Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II); Olho d'Água (A direita da Elevatória Pimenta I); Praia do Meio (São José de Ribamar) e Araçagi (São José de Ribamar).

"Este é um resultado que representa a soma de todas as ações que a Caema vem executando no saneamento da capital, mediante expressa determinação do governador Flávio Dino, de quem recebemos, dentre várias outras determinações, a de recuperar a qualidade das praias de São Luís. Por meio do Programa 'Mais Saneamento', estamos instalando equipamentos que garantirão a manutenção desta média que os laudos da Sema vêm apresentando", explicou o diretor-presidente da Caema, Davi Telles.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

TJMA mantém condenação de ex-prefeito de Bacabal por improbidade

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, Vanessa Lopes, que condenou o ex-prefeito do município, Raimundo Nonato Lisboa, por ato de improbidade administrativa.

A decisão suspendeu os direitos políticos do ex-prefeito por três anos, proibiu-o de contratar com o Poder Público pelo mesmo período e condenou Lisboa ao pagamento de multa de dez vezes o valor da remuneração que recebia como prefeito.

O ex-prefeito foi acusado de ato de improbidade, pelo Ministério Público estadual, por contratação de servidores sem concurso público, fora das exceções constitucionalmente previstas.

Lisboa apelou ao TJMA, alegando que as contratações foram para atender excepcional interesse público, para cobrir a falta de professores, e precedidas de autorização legislativa. Acrescentou que não houve dolo.

O desembargador Ricardo Duailibe (relator) disse ter sido incontroversa a contratação dos servidores sem concurso público, fora das exceções previstas.

O relator destacou que o preenchimento de cargo em caráter permanente, por expressa previsão constitucional, só pode se dar após aprovação em concurso público e entendeu que o então prefeito agiu absolutamente consciente de que o concurso era necessário, com vontade inequívoca de burlar a Constituição Federal.

Duailibe ressaltou que há provas da manutenção de servidor municipal de 2008 a 2012, ou seja, cinco anos. "Ora, não há excepcionalidade ou temporariedade que perdure por tantos anos", concluiu o relator, ao votar de forma desfavorável ao recurso do ex-prefeito.

Os desembargadores Raimundo Barros e José de Ribamar Castro também negaram provimento ao apelo do ex-prefeito, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

BACABAL

Mantida condenação por improbidade

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, Vanessa Lopes, que condenou o ex-prefeito do município, Raimundo Nonato Lisboa, por ato de improbidade administrativa.

A decisão suspendeu os direitos políticos do ex-prefeito por três anos, proibiu-o de contratar com o Poder Público pelo mesmo período e condenou Lisboa ao pagamento de multa de dez vezes o valor da remuneração que recebia como prefeito.

O ex-prefeito foi acusado de ato de improbidade, pelo Ministério Público estadual, por contratação de servidores sem concurso público, fora das exceções constitucionalmente previstas.

Lisboa apelou ao TJMA, alegando que as contratações foram para atender excepcional interesse público, para cobrir a falta de professores, e precedidas de autorização legislativa. Acrescentou que não houve dolo.

O desembargador Ricardo Duailibe (relator) disse ter sido incontroversa a contratação dos servidores sem concurso público, fora das exceções previstas.

O relator destacou que o preenchimento de cargo em caráter permanente, por expressa previsão constitucional, só pode se dar após aprovação em concurso público e entendeu que o então prefeito agiu absolutamente consciente de que o concurso era necessário, com vontade inequívoca de burlar a Constituição Federal.

Duailibe ressaltou que há provas da manutenção de servidor municipal de 2008 a 2012, ou seja, cinco anos. "Ora, não há excepcionalidade ou temporariedade que perdure por tantos anos", concluiu o relator, ao votar de forma desfavorável ao recurso do ex-prefeito.

Os desembargadores Raimundo Barros e José de Ribamar Castro também negaram provimento ao apelo do ex-prefeito, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. (Processo nº - 36855/2016)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Servidores irregulares terão que ser trocados

Judiciário determina que Prefeitura de Paço do Lumiar substitua servidores contratados irregularmente por servidores concursados. Exoneração deve ser feita até em 15 dias

Em decisão proferida ontem pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, foi determinado que o município de Paço do Lumiar exonere, no prazo máximo de 15 dias, todas as pessoas contratadas irregularmente, sem prévia aprovação em concurso público.

Deverá ainda, no prazo de 30 dias, convocar, nomear e empossar os candidatos aprovados no concurso público referente ao Edital nº 001/2014, promovido pela Prefeitura de Paço do Lumiar, para provimento dos cargos em número compatível com aqueles atualmente ocupados por contratados irregularmente.

De acordo com a decisão, assinada pelo juiz Douglas Martins, o município deverá, no prazo máximo de 15 dias, apresentar relação atualizada do quantitativo de cargos atualmente ocupados pelos contratados sem concurso público, no âmbito de todo o município de Paço do Lumiar, devidamente acompanhada dos contratos celebrados, contracheques desses contratados relativos ao último mês trabalhado e portarias de nomeação.

"O município de Paço do Lumiar aduziu a perda do objeto da ação, porquanto todos os contratos temporários com servidores públicos da educação teriam sido extintos, com exceção dos cargos de Gestor, Gestor Adjunto e Coordenador, juntando prova documental", ressalta o juiz na decisão.

Justiça determinou que prefeito Josemar Sobreiro exonere irregulares

Ao decidir, o magistrado citou o art. 37 da Constituição Federal, que prevê que o acesso a cargos públicos, em regra, deverá ser feito por meio de concurso público. "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

"Sobre a regra constitucional que dispõe sobre a investidura em cargos públicos, o Ministério Público comprovou nos autos que município de Paço do Lumiar descumpriu o regramento constitucional ao, durante a vigência de concurso público destinado ao provimento de cargos na estrutura da administração municipal, contratar temporariamente, mediante processo seletivo simplificado, professores para o exercício de cargos já contemplados por candidatos aprovados no concurso vigente e em detrimento destes", colocou o juiz na decisão.

A decisão enfatiza que o Ministério Público só trouxe aos autos os documentos suficientes a uma análise acerca de contratações irregulares na Secretaria Municipal de Educação. No que se refere a outras áreas do município de Paço do Lumiar, deve-se aguardar a instrução processual.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Estado
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Santa Inês

Acusado de homicídio e tentativa é condenado a 21 anos de reclusão

Em júri promovido pela 1ª vara da comarca de Santa Inês no último dia 18, o réu Miguel Ferreira da Silva foi condenado a 21 anos de reclusão. Ele respondeu pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio praticados contra um sobrinho, Lenilson Silva e Silva, e um irmão do réu, José Raimundo Ferreira da Silva Mendes, pai de Lenilson. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado. Presidiu o julgamento a juíza Denise Cysneiro Milhomem, titular da vara.

De acordo com a denúncia, os crimes aconteceram no dia 1º de maio de 2009, por volta das 22h, em um imóvel localizado no Centro da cidade (Santa Inês). Ainda de acordo com a denúncia, na ocasião Miguel e o irmão, José Raimundo, discutiam por causa do imóvel onde se encontravam, e que teria sido deixado de herança pelos pais de acusado e vítima, quando José Raimundo teria proferido palavras de baixo calão contra o irmão.

Consta da denúncia que o acusado teria mandado o irmão repetir o que havia dito, quando o filho desse, Lenilson, repetiu as palavras do pai para o tio. Ato contínuo, Miguel teria sacado da faca que portava na cintura e desferido um golpe no tórax do irmão, que saiu correndo para o quintal da casa, enquanto Lenilson procurou refúgio em um quarto da residência.

Narram os autos que, já no quintal, Raimundo pegou um pedaço de pau com o qual desferiu um golpe em Miguel, quando teve início uma luta corporal entre ambos. Chegando ao local da luta, Lenilson teria tentado tomar a faca que o acusado portava, ao que Miguel reagiu aplicando no sobrinho uma profunda facada no abdômen, que o deixou com as vísceras expostas.

Ainda segundo os autos, mesmo gravemente ferido Lenilson conseguiu pegar um pedaço de pau com o qual atingiu Miguel, que finalmente soltou a faca e caiu ao chão. Nesse momento, José Raimundo, aproveitando-se do fato do acusado ter deixado cair a faca, atingiu-o na cabeça com um golpe de barra de ferro.

Após os fatos, José Raimundo, Lenilson e Miguel foram socorridos e levados a hospitais. Lenilson não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer dois dias depois. Após alguns dias internado, Miguel, com a ajuda de uma irmã, fugiu do hospital, tendo sido preso posteriormente.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Prefeita de Guimarães é presa pela Polícia Civil

A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência de Combate a Corrupção (SECCOR), prendeu, nas primeiras horas da manhã desta quinta-feira (20), a prefeita da cidade de Guimarães-MA, Nilce de Jesus Farias Ribeiro, sua filha Carliane de Jesus Faria Ribeiro (Secretária de Finanças do município), Railson de Assis Pereira Sodré (Pregoeiro do município, genro da prefeita), Douglas Pereira Ribeiro (Empresário contratante da cidade de Guimarães), Francivaldo Martins Piedade, vulgo Buiú (ex-presidente da Comissão de Licitação do Município).

Além dessas prisões, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência da prefeita Nilce Farias, na Lotérica de Guimarães, que é de propriedade da família da prefeita, e nas demais residências das pessoas presas, além do cumprimento de dois Mandados de Condução Coercitiva.

Segundo o Delegado Ricardo Moura, chefe do 2º DEP. da SECCOR, as prisões foram realizadas, em cumprimento aos Mandados de Prisão, Busca e Apreensão, expedidos pela 2ª Câmara do Tribunal de Justiça, por crimes contra a Administração Pública na cidade de Guimarães-MA.

O delegado falou que a SECCOR, através do 2º Departamento de Combate a Corrupção, vinha, desde o início desse ano, investigando fraudes no processo licitatório e execução de contratos no município, tendo como foco o ano de 2013, em contratos que apresentam irregularidades, somando a quantia de 3 milhões de reais.

Disse que as investigações dão conta de que houve direcionamento dos gestores às empresas contratadas, uso de documentos falsos nos processos licitatórios, superfaturamento nos valores pagos às empresas contratadas, repasse de 120 mil reais de uma empresa pra cada gestor, de forma direta em suas contas bancárias e também através de uma casa lotérica de propriedade da prefeita.

O advogado Paulo Humberto Freire Castelo Branco, falou a nossa reportagem que a prisão da sua constituinte, a prefeita Nilce Farias, foi feita de forma exagerada e sem necessidade, até porque os fatos estão sendo apurados há um bom tempo e dizem respeito ao primeiro ano do mandato da prefeita. Disse que já existe uma Ação Civil Pública na cidade de Guimarães, onde a prefeita já apresentou a sua defesa, prestando esclarecimentos dos fatos ocorridos. Portanto sua prisão é desnecessária.

"Vivemos em um estado policialesco, onde se prende primeiro, para depois investigar", disse o advogado inconformado com a prisão da prefeita.

Após serem interrogados pelo delegado Ricardo Moura, chefe do 2º Departamento de Combate a corrupção da SECCOR, a prefeita e a sua filha Carliane de Jesus, foram encaminhadas para o presídio feminino, e os demais presos foram encaminhados ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	(X) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	(X) Outros CAPA
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Malrinete Gralhada

Justiça afasta prefeita de BOM JARDIM

A Justiça do Maranhão decidiu afastar até o final do mandato eletivo em 31 de dezembro de 2016 Malrinete Gralhada (PMDB), atual prefeita da cidade de Bom Jardim, por atos de improbidade administrativa. PÁGINA 3

Guimarães

Polícia prende prefeita, filha e genro por roubalheira

A polícia prendeu, na manhã de ontem, Nilce de Jesus Farias Ribeiro (foto), atual prefeita do município de Guimarães, a 70 km de São Luís, presa por suspeita de fraude em licitações e lavagem de dinheiro na Prefeitura. Também foram presos Carlane de Jesus Farias Ribeiro que é filha de Nilce de Jesus e secretária de Finanças do Município, Railson de Assis Pereira Sodré que é genro da prefeita e também pregoeiro da Prefeitura de Guimarães, Douglas Pereira Ribeiro, empresário contratante com o município maranhense, e Francivaldo Martins Piedade, conhecido como "Buiú" em Guimarães. "Buiú" já foi presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura de Guimarães e está sendo trazido para a capital maranhense.
PÁGINA 3

POLÍCIA apreende 41 tabletes de maconha dentro de van

PÁGINA 8

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Justiça afasta prefeita dc BOM JARDIM

A Justiça do Maranhão decidiu afastar até o final do mandato eletivo em 31 de dezembro de 2016 Malrinete Gralhada (PMDB), atual prefeita da cidade de Bom Jardim, a 275 km de São Luís, por atos de improbidade administrativa. Em um ano, essa é a segunda vez que a Justiça determina o afastamento de uma gestora no município maranhense. No ano de 2015, a ex-prefeita Lidiane Leite foi afastada após ser investigada por desvios de verbas da educação.

A decisão judicial contra Malrinete Matos Gralhada determina, ainda, o bloqueio de todos os bens como imóveis, veículos, valores depositados em agências bancárias, que assegurem o integral ressarcimento do dano aos cofres públicos.

Ainda de acordo com a decisão, deverá ser realizado o bloqueio judicial através do BACENJUD de valores existentes nas contas bancárias em nome da gestora municipal, permanecendo as mesmas bloqueadas até julgamento final do processo.

A decisão foi baseada em uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e tem como intuito responsabilizar civilmente Malrinete Gralhada pela a prática de atos ilícitos, consolidados em sucessivas contratações de empresas para prestar serviços públicos com dispensa ou inelegibilidade de licitação.

A ACP do órgão ministerial afirma que "o Município de Bom Jardim, em meados de setembro de 2015, passou a ser gerido e representado pela prefeita Malrinete Matos, que, na sua condição de gestora municipal, iniciou

Malrinete Gralhada

sua administração efetuando uma contratação em grande escala de várias empresas sem efetuar licitação, e com valores contratuais excessivos e incompatíveis com a realidade do Município, com provável intuito de desviar recursos públicos, ou, ao menos, descaso com os recursos municipais".

Ao determinar o afastamento de Malrinete Matos e a indisponibilidade de bens, a Justiça impôs ao Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim, no prazo de 24h, a convocação de sessão solene extraordinária e, posse e exercício provisório de Manoel da Conceição Ferreira Filho no cargo de Prefeito de Bom Jardim.

ESCÂNDALO NA EDUCAÇÃO

A cidade de Bom Jardim já obteve repercussão na imprensa nacional em 2015, quando a ex-prefeita Lidiane Leite se envolveu em um escândalo de desvios de verbas na pasta a Educação no Município. Ela se entregou e ficou 11 dias presa depois de ficar 39 dias foragida da Polícia Federal (PF). A vice Malrinete Gralhada foi empossada após a Câmara de Vereadores cassar o mandato de Lidiane.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

CORRUPÇÃO

Polícia prende a prefeita de Guimarães por roubalheira

A polícia prendeu, na manhã de ontem, Nilce de Jesus Farias Ribeiro (PMDB), atual prefeita do município de Guimarães, a 70 km de São Luís, presa por suspeita de fraude em licitações e lavagem de dinheiro na Prefeitura. Também foram presos Carlane de Jesus Farias Ribeiro que é filha de Nilce de Jesus e secretária de Finanças do Município, Railson de Assis Pereira Sodré que é genro da prefeita e também pregoeiro da Prefeitura de Guimarães, Douglas Pereira Ribeiro, empresário contratante com o município maranhense, e Francivaldo Martins Piedade, conhecido como "Buiú" em Guimarães. "Buiú" já foi presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura de Guimarães e está sendo trazido para a capital maranhense.

Nilce de Jesus Farias Ribeiro (PMDB), atual prefeita do município de Guimarães

Segundo informações do delegado da Polícia Federal, Ricardo Moura, os cinco suspeitos respondem a, pelo menos, quatro crimes contra a Administração Pública. "São fraudes contra a licitação, crimes licitatórios no caso, mais de um delito, lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa também", revelou.

Ainda conforme o delegado, as investigações remontam ao primeiro ano de gestão da prefeita de Guimarães. "Já no ano de 2013 várias fraudes em processos licitatórios. Essas fraudes eram diversas. Eram desde o direcionamento dos contratos para empresas já pré-escolhidas pelos gestores como o uso de documento falso nesses contratos e, também possível superfaturamento de preço desses contratos inicialmente investigados".

O delegado Ricardo Moura disse que a partir de agora será dado um novo passo as investigações onde serão interrogados os suspeitos, avaliados dados bancários a partir dos materiais apreendidos e, caso seja necessário, pedido uma prisão preventiva a todos os envolvidos. "Agora vai ser dado um novo passo as investigações. Vamos interrogar todos os suspeitos. Vamos trabalhar os dados bancários e fiscais. Vamos fazer um trabalho em cima dos documentos e computadores que estão sendo apreendidos. Vamos também definir se vai ser necessária prorrogação dessa prisão temporária ou uma conversão em preventiva ou mesmo se vai ser pedido o afastamento da prefeita", finalizou.

Sobre a prisão de Nilce de Jesus Farias Ribeiro, Paulo Humberto Castelo Branco, advogado da prefeita, da filha e do genro dela disse que 'considerou a prisão descabida porque disse que a prefeita sempre que citada, assim como os outros suspeitos, prestaram os devidos esclarecimentos. Então, ele não vê a necessidade da prisão se dar nesse momento. Disse também que as irregularidades são meramente formais e não condizem necessariamente a fraudes, a crimes como se observa nas investigações. Além disso, o advogado citou o fato de que em praticamente todas as Prefeituras do Maranhão essa é uma situação corriqueira'.

Os cinco presos foram levados ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital, para cumprirem prisão temporária de cinco dias.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Paço do Lumiar

Decisão determina que Município exonere servidores contratados irregularmente

Uma decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha determina que o Município de Paço do Lumiar (termo judiciário), no prazo máximo de 15 dias, exonere todas as pessoas contratadas irregularmente, sem prévia aprovação em concurso público. Deverá, ainda, no prazo de 30 dias, convocar, nomear e empossar os candidatos aprovados no concurso público referente ao Edital nº 001/2014, promovido pela Prefeitura de Paço do Lumiar, para provimento dos cargos em número compatível com aqueles atualmente ocupados por contratados irregularmente.

De acordo com a decisão, assinada pelo juiz Douglas Martins, o Município deverá, no prazo máximo de 15 dias, apresentar relação atualizada do quantitativo de cargos atualmente ocupados pelos contratados sem concurso público, no âmbito de todo o Município de Paço do Lumiar, devidamente acompanhada dos contratos celebrados, contracheques desses contratados relativos ao último mês trabalhado e portarias de nomeação. "O Município de Paço do Lumiar aduziu a perda do objeto da ação, porquanto todos os contratos temporários com servidores públicos da educação teriam sido extintos, com exceção dos cargos de Gestor, Gestor Adjunto e Coordenador, juntando prova documental", ressalta a decisão.

Ao decidir, o magistrado citou o art. 37 da Constituição Federal, que prevê que o acesso a cargos públicos, em regra, deverá ser feito por meio de concurso público. "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

"Sobre a regra constitucional que dispõe sobre a investidura em cargos públicos, o Ministério Público comprovou nos autos que Município de Paço do Lumiar descumpriu o regramento constitucional ao, durante a vigência de concurso público destinado ao provimento de cargos na estrutura da Administração Municipal, contratar temporariamente, mediante processo seletivo simplificado, professores para o exercício de cargos já contemplados por candidatos aprovados no concurso vigente e em detrimento destes", colocou o juiz na decisão.

E segue: "É certo que o direito subjetivo à nomeação exsurge da aprovação do candidato dentro do número de vagas previsto pelo edital que rege o certame. No entanto, há situações excepcionais em que a mera expectativa de direito do candidato aprovado fora do número de vagas se convola, para este, em direito subjetivo à nomeação. No presente caso, a conduta do Município de Paço do Lumiar demonstrada no processo revela a existência de cargos vagos e a inequívoca necessidade de admissão de novos professores para compor o quadro de pessoal da Semed, evidenciada por inúmeras contratações precárias ocorridas durante o ano de 2014 e 2015".

A decisão enfatiza que o Ministério Público só trouxe aos autos os documentos suficientes a uma análise acerca de contratações irregulares na Secretaria Municipal de Educação. No que pertine a outras áreas do Município, deve-se aguardar a instrução processual. Douglas Martins decidiu, ainda, que o Município deverá apresentar, no prazo máximo de 15 dias, a relação atualizada do quantitativo de cargos atualmente ocupados pelos contratados sem concurso público, no âmbito de todo o Município de Paço do Lumiar, devidamente acompanhada dos contratos celebrados, contracheques desses contratados relativos ao último mês trabalhado e portarias de nomeação.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Informe JP
DATA 21 / 10 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Réu condenado

Em júri promovido na comarca de Santa Inês, na terça (18), o réu Miguel Ferreira da Silva foi condenado a 21 anos de reclusão. Ele respondeu pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio (ocorridos em 2009), praticados contra um sobrinho, Lenilson Silva e Silva (morto a facadas), e um irmão do réu, José Raimundo Ferreira da Silva Mendes, pai de Lenilson.

A motivação dos crimes foi uma casa deixada de herança para Miguel e José Raimundo. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Inconstitucional ou não?

Lei em estacionamentos privados está suspensa parcialmente na Ilha

A justiça determinou a suspensão da Lei dos 30 minutos em estacionamento em dois locais da cidade que entraram com recurso. Lei municipal continua valendo para os demais casos

TAYNA ABREU

De autoria do vereador Pavão Filho, a Lei Municipal 6113/2016, que garante 30 minutos gratuitos de permanência em estacionamentos privados em São Luís, tem passado por questionamentos de juristas e sendo defendida por órgãos de proteção ao consumidor e frequentadores de shoppings, supermercados, hotéis e hospitais da cidade.

Nesta semana, uma desisão do desembargador José de Ribamar Castro suspendeu os efeitos da Lei nos estacionamentos administrados pelas empresas Construções e Empreendimentos do Maranhão Ltda (Construem) e W Empreendimentos Ltda, após um recurso das duas que questionam a constitucionalidade da lei. São os estacionamentos que funcionam debaixo do Tropical Shopping e do Hotel Ibis.

Segundo o Tribunal de Justiça do Maranhão, o magistrado entendeu que "ao estabelecer a tolerância de não cobrar os 30 primeiros minutos em estacionamento privado, a lei viola o Artigo 22,I, da Constituição Federal, que diz que é competência privativa da União legislar sobre direito civil, ramo do direito que disciplina o direito de propriedade". "O desembargador ressaltou que a aplicação da Lei Municipal pode acarretar o fim da atividade das empresas, em razão do ônus em não poder cobrar dos usuários os 30 minutos de tolerância, tendo, porém, que suportar todos os efeitos da responsabilidade civil pela guarda dos veículos estacionados", informou o Tribunal de Justiça.

Para o Procon/MA, a Lei é válida e não fere a Constituição, uma vez que os municípios têm "autonomia para legislar sobre questões de seu interesse". Segundo o presidente do órgão, Duarte Júnior, o Procon entrará com recurso para que a lei passe a valer em todo o município. "Entendemos que a referida legislação é constitucional, pois, de acordo com o Artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, os municípios podem legislar sobre matéria de interesse local, como é o caso do assunto em pauta. Assim como as leis que tratam de filas bancárias, as leis municipais são aplicadas e fiscalizadas diariamente pelo Procon/MA. Por esse motivo, vamos apresentar toda a fundamentação jurídica necessária para que essa lei possa ter novamente sua aplicação a todos os estabelecimentos da capital. Destaque-se que essa decisão é uma decisão liminar, ou seja, pode ser revolvida, não foi transitada e julgada, e desobriga apenas esses dois estabelecimentos contra o seu cumprimento. Aos demais, a todos os outros estabelecimentos da capital, a Lei Municipal continua tendo validade e nós continuaremos fiscalizando", declarou Duarte Júnior.

Alguns estacionamentos privados de São Luís colocaram avisos mostrando que estão cumprindo com a Lei que determina a gratuidade de 30 minutos

Outro entendimento sobre a Lei

Já para os advogado maranhense Rafael Alves a lei municipal fere o direito das empresas ao livre comércio e à livre concorrência de mercado. "É uma inconstitucionalidade formal, porque atua sobre o direito civil, que seria de competência da União", disse Neves.

Enquanto o Procon considera o caso como "matéria de interesse local", os juristas entendem como "matéria privada". "Apesar de a lei beneficiar os consumidores, ela é inconstitucional. O STF já havia decidido isso um tempo atrás. O judiciário não podia fechar os olhos só porque ela tem um lado positivo", explicou Neves. "Imaginem se um comerciante fez um salgado e acha que possa cobrar R$ 30,00. Seja pra cobrir os gastos com funcionários, com o espaço alugado etc. Então, vem uma lei o obrigando a cobrar no máximo R$ 5,00... Seria o legislativo entrando na esfera privada. A ideia do comércio no Brasil é a livre iniciativa. Você colocar o preço que acha justo e o consumidor tem a escolha se adquire o produto ou não", completou Rafael Neves.

> Imaginem se um comerciante fez um salgado e acha que possa cobrar R$ 30,00. Seja pra cobrir os gastos com funcionários, com o espaço alugado etc. Então, vem uma lei o obrigando a cobrar no máximo R$ 5,00... Seria o legislativo entrando na esfera privada
>
> **Rafael Neves,** advogado

Insatisfação com o vaivém da Lei

No meio de tudo estão os consumidores, que não parecem satisfeitos com o vaivém da legislação e tão pouco com os preços praticados nos estacionamentos. Um dos argumentos mais apontados pela população é que já estão gastando com as compras. "É um absurdo passar para 15 minutos. Já estamos vindo comprar, meia hora seria ideial, às vezes a gente só vem pagar uma conta, tirar um dinheiro, tem de ficar 30 minutos mesmo", disse a decoradora Suelene Mendes.

Para o advogado Jofran Lucas Silva, os estacionamentos em shopping centers deveriam ser gratuitos, sem limite de tempo. "No meu entendimento nem 15 nem 30 (minutos), mas de graça. O estacionamento favorece o shopping, você entra para fazer compras. Aqui tem shoppings que cobram até R$ 7,00 de estacionamento, é bem caro", disse.

Para o médico e professor universitário Galvani Sawaya, os preços praticados nos estacionamentos são altos, mas em outros estados é bem mais. "Tem de ficar mesmo em 30 minutos, eu venho só pagar conta e em 30 dá pra resolver. Tem lugares em que é mais caro, bem mais caro, mas aqui também não é barato. Já cheguei a pagar R$ 30,00 de estacionamento em São Paulo", comentou.

Em outras cidades e estados do país, leis semelhantes também estão sofrendo questionamentos. Recentemente o debate no Paraná foi parar no Supremo Tribunal Federal, que derrubou uma lei estadual que limitava preços em estacionamentos privados. Em São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça julgou procedente por unanimidade uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que regulava a gratuidade de estacionamento em shoppings do estado. O relator da Adin, desembargador Marrey Uint declarou que a lei local restringia os direitos inerentes à propriedade privada.

Em São Luís, pelo menos por enquanto, shoppings, hospitais e demais estabelecimentos têm de oferecer o tempo mínimo de 30 minutos grátis, exceto nos dois casos suspensos pela Justiça.

> Tem de ficar mesmo em 30 minutos, eu venho só pagar conta e em 30 dá pra resolver. Tem lugares em que é mais caro, bem mais caro, mas aqui também não é barato. Já cheguei a pagar R$ 30,00 de estacionamento em São Paulo
>
> **Galvani Sawaya,** médico e professor universitário

> Assim como as leis que tratam de filas bancárias, as leis municipais são aplicadas e fiscalizadas diariamente pelo Procon/MA. Por esse motivo, vamos apresentar toda a fundamentação jurídica necessária para que essa lei possa ter novamente sua aplicação a todos os estabelecimentos da capital.
>
> **Duarte Junior,** presidente do Procon

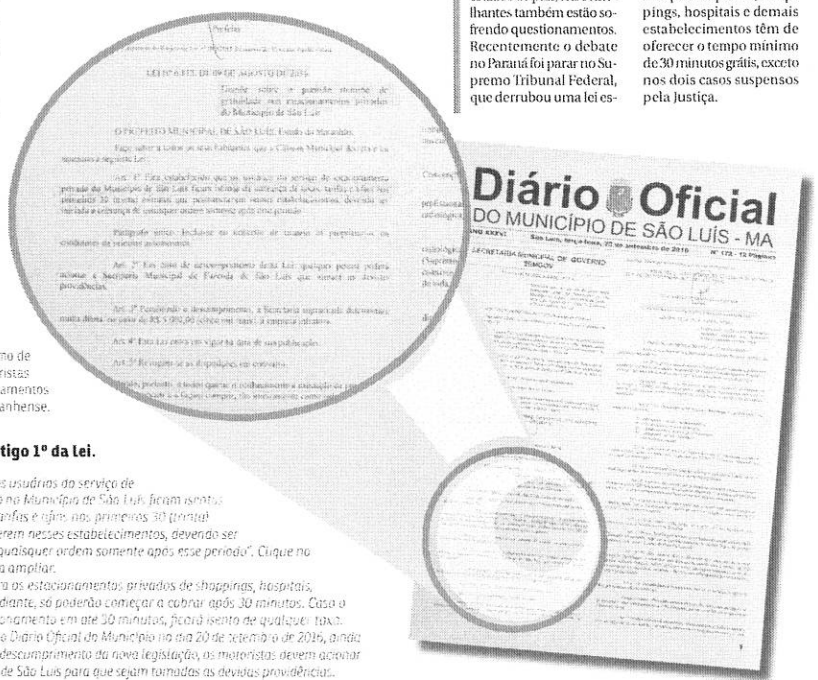
Lei Municipal ampliou tempo de gratuidade

No último dia 20 de setembro, a Prefeitura de São Luís publicou em seu Diário Oficial e determinou a ampliação da Lei 6.113 de 9 de agosto de 2016 de 15 minutos para 30 minutos o período mínimo de gratuidade que os motoristas têm direito nos estacionamentos privados na capital maranhense.

Veja o que diz o artigo 1º da Lei.

"Fica estabelecido que os usuários do serviço de estacionamento privado no Município de São Luís, ficam isentos da cobrança de taxas, tarifas e afins, nos primeiros 30 (trinta) minutos que permanecerem nesses estabelecimentos, devendo ser iniciada a cobrança de qualquer ordem somente após esse período". Clique no documento ao lado para ampliar.

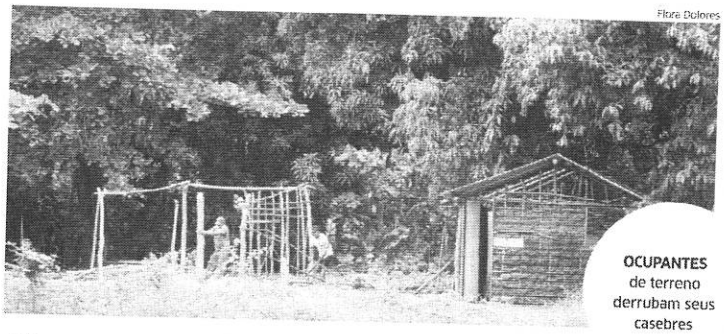
Ou seja, a partir de agora os estacionamentos privados de shoppings, hospitais, aeroportos e assim por diante, só poderão começar a cobrar após 30 minutos. Caso o motorista deixe o estacionamento em até 30 minutos, ficará isento de qualquer taxa. A lei, que foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 20 de setembro de 2016, ainda ressalta que em caso de descumprimento da nova legislação, os motoristas devem acionar a Secretaria da Fazenda de São Luís para que sejam tomadas as devidas providências.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Flora Dolores



OCUPANTES de terreno derrubam seus casebres

Sem-teto são retirados de terreno invadido

Desocupação no São Cristóvão foi feita ontem por policiais civis; na área, foram constatados crimes, como retirada de madeira e furto de energia

Dezenas de casebres foram retirados ontem de um terreno de propriedade particular localizado às margens da Avenida Santos Dumont, no São Cristóvão. As pessoas que estavam ocupando irregularmente o espaço alegaram não ter para onde ir e por isso começaram a invadir a área na esperança de construir moradias no local.

A Polícia Civil acompanhou as atividades. De acordo com o delegado Carlos Damasceno, responsável pela Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública (Saisp) da área Sul, os proprietários o procuraram para denunciar a invasão do terreno e a devastação da mata lá existente.

Além da ocupação irregular, o delegado e agentes da Polícia Civil constataram crime ambiental na área, uma vez que os ocupantes estavam realizando a supressão não autorizada da madeira que estava no terreno. Os policiais constataram ainda furto de energia elétrica, o que também é um crime. Os responsáveis podem ser punidos.

SAIBA MAIS

Apesar de a área ter sido ocupada irregularmente por terceiros, os proprietários do terreno estavam irregulares por falta de muro, descumprindo a Lei Municipal nº 4.590 / 2006, que é a Lei de Muros e Calçadas.
A norma determinada que os terrenos da cidade, edificados ou não, tenham obrigatoriamente muros e calçadas para o passeio do público, que deverão ser construídos pelo proprietário da área. Em caso de descumprimento, o responsável pelo terreno é punido com o pagamento de multa e, em casos mais graves, com a perda da propriedade.

Derrubada

Muitos casebres que estavam erguidos foram derrubados. Partes do terreno haviam sido demarcadas com pedaços de madeira e em breve nesses locais seriam erguidas construções. Os ocupantes que estavam no local foram surpreendidos com a atividade, mas não esboçaram qualquer tipo de reação.

O delegado Damasceno informou ainda que os proprietários do terreno haviam contratado os funcionários para fazer a derrubada dos casebres. "Nesse caso, os proprietário estão usando o direito do desforço imediato, que é se insurgir contra uma invasão injusta da propriedade. Esse direito é garantido no Código Civil", explicou o titular do Saisp Sul.

As pessoas que estavam ocupando o terreno afirmaram que moravam de aluguel e não tinham mais condições de arcar com os custos. "As coisas estão difíceis para todos. Só queríamos um pedaço de terra para morar", disse Antônio Filho, um dos que estavam construído casebres no local. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

REESTRUTURAÇÃO

Intervenções melhoram infraestrutura no Socorrão I

Uma nova realidade é vivenciada atualmente no atendimento do maior hospital de urgência e emergência de São Luís. Trata-se do Djalma Marques, o Socorrão I, no Centro da capital. Após 10 anos a unidade passou, por reestruturações físicas e tecnológicas, nos setores que há muito tempo demandavam atenção especial para dar vazão ao grande volume de atendimentos e proporcionar melhorias significativas à logística que requer os grandes hospitais.

As melhorias são frutos de um planejamento desenvolvido pela Prefeitura de São Luís para tornar a unidade um hospital de excelência e atender com qualidade, dignidade e humanização os pacientes em situação grave. Os resultados da reengenharia aplicada para dar qualidade ao atendimento na casa já rendem frutos, entre eles, a redução do tempo de atendimento para procedimentos cirúrgicos e o fim do acúmulo de macas nos corredores, por décadas considerado um dos maiores gargalos da saúde na capital, o setor de urgência e emergência.

A secretária municipal de Saúde (Semus), Helena Duailibe, destaca os avanços do Socorrão I. "Temos um grande volume de atendimento a pacientes da capital e do interior, e as ampliações feitas pela Prefeitura proporcionaram não apenas aumento na capacidade de atendimento. Tivemos resultados de grande relevância na qualidade da assistência prestada aos usuários", frisou a titular da Semus.

O diretor administrativo e financeiro do Socorrão I, Rafael Coringa, relata que um dos maiores feitos realizados na unidade foi a construção de uma nova sala de UTI com 11 leitos e a reforma do Centro Cirúrgico, que passou de três para seis salas de cirurgias, dobrando a quantidade de intervenções realizadas na Casa. "E uma sétima sala de cirurgia está sendo concluída, o que proporcionará uma melhoria ainda mais significativa nessa área", frisou o diretor, acrescentando ainda que as intervenções estruturais realizadas no Centro Cirúrgico foram plenamente adaptadas às exigências preconizadas pela Vigilância Sanitária.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
(X) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	(X) Outros Estado
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Santo Antônio dos Lopes

Marido de secretária municipal é preso por porte de munições

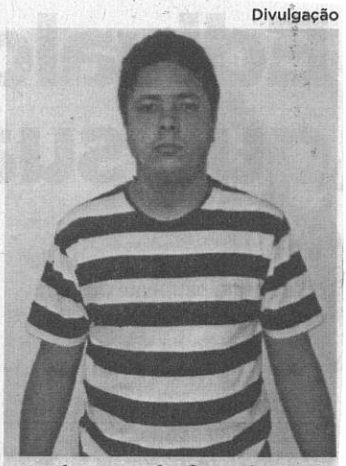
NELSON MELO

Murilo Lopes dos Santos foi preso em flagrante, durante a manhã desta quinta-feira (20), na cidade maranhense de Santo Antônio dos Lopes, situado na região central do Maranhão, por porte ilegal de munições. Segundo relatado pela Polícia Civil, ele é marido de Rosa Cecília dos Santos Leal, que ocupa o cargo de secretária de Finanças daquela cidade.

Na residência deles, de acordo com informações confirmadas pela Delegacia Regional de Presidente Dutra, os policiais encontraram algumas munições intactas de calibre 12 e de revólver calibre 38. No local, quando a equipe apreendia os projéteis, o marido de Rosa Cecília acabou assumindo o material recolhido, e, por este motivo, foi levado à delegacia, sendo autuado pelo crime em que confessou.

Foi descrito pelas fontes que a incursão foi realizada em atendimento a um mandado de busca e apreensão, representado pela delegada Ana Valéria.

Divulgação



Murilo Lopes foi flagrado com munições, em Santo Antônio dos Lopes

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Rodoviária continua com os problemas listados em vistoria

Espaço terá de ser reformado e adaptado para cumprir exigências legais, segundo a determinação do juiz Douglas Martins; Estado tem prazo de 120 dias, a contar do dia 14 deste mês, para obedecer à decisão judicial

Conforme decisão judicial, o Governo do Estado e a empresa RMC Comércio e Representações Ltda. têm um prazo de 120 dias para realizar as reformas e adaptações nas instalações no Terminal Rodoviário de São Luís, localizado na Avenida dos Franceses, no bairro Santo Antônio. No entanto, as intervenções ainda não foram realizadas.

Na manhã de ontem, O Estado esteve no local e comprovou que não foram iniciados alguns dos serviços. Um deles diz respeito ao sistema de hidrantes do espaço, que apresenta algumas irregularidades, como bases quebradas e enferrujadas. Inexistência de estrutura de proteção contra descargas atmosféricas também é um problema da rodoviária.

As adequações devem ser feitas conforme laudo pericial do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. A decisão do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, diz que os serviços devem ser realizados dentro de um prazo de 120 dias. A decisão foi dada no dia 4 deste mês, e foi estabelecido um prazo de 10 dias para que o Estado fosse notificado. Dessa forma, o prazo começou a contar desde o dia 14 deste mês e terminará no dia 14 de fevereiro de 2017.

Multa

"Quando terminar o prazo, vamos fazer uma verificação. Intimar o Corpo de Bombeiros para que ele diga se os problemas foram sanados ou não, de acordo com o laudo", explicou o juiz Douglas de Melo Martins. Caso eles não sejam feitas, o Estado será penalizado com multa diária de R$ 1 mil.

A situação do Terminal Rodoviário já foi mostrada em outras ocasiões por O Estado. No dia 6 de julho, o Ministério Público interpôs uma ação na Justiça solicitando a interdição do terminal rodoviário. A ação é resultado de uma investigação de várias irregularidades no terminal, em que também foram apontadas falhas graves no sistema de combate a incêndio e pânico.

O processo teve início no dia 22 de junho. Foi protocolada no MP uma representação do presidente da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), relatando diversas irregularidades na rodoviária, como casos de prostituição, tráfico de drogas e outros, para que fosse feita a mobilização das forças policiais para combater essas situações.

Um procedimento investigatório foi aberto para apurar as informações relatadas e, aproveitando a oportunidade, o Ministério Público solicitou laudos técnicos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil. Já com o laudo do Corpo de Bombeiros em mãos, o promotor Cláudio Guimarães, da promotoria de Controle Externo da Atividade Policial, tomou conhecimento da situação preocupante em que se encontra o terminal e solicitou à Justiça a interdição da rodoviária.

Interdição

Diante da gravidade do laudo do Corpo de Bombeiros, e por entender que o funcionamento da rodoviária de São Luís, nas condições atuais, coloca em risco a vida das pessoas que ali transitam ou desempenham suas atividades laborais, o Ministério Público requereu a interdição do terminal e a imediata reforma e as adaptações devidas, dentro do prazo de 60 dias.

O juiz Douglas de Melo Martins acolheu em parte o pleito ministerial, por entender que a interdição da rodoviária neste momento seria uma medida desproporcional. Em sua decisão, o magistrado lembrou que o transporte é um serviço essencial e que a paralisação do único terminal rodoviário da cidade, sem a alternativa de outro local para a prestação do serviço, causaria danos aos usuários.

O juiz reconheceu a necessidade de se assegurar aos usuários e funcionários do terminal condições seguras para o desenvolvimento de suas atividades. Segundo ele, a medida objetiva o cumprimento de normas técnicas que visem a resguardar a segurança e a integridade físicas das pessoas, por meio da adoção de mecanismos que diminuam o risco de incêndio. O Governo do Estado foi procurado em busca de um posicionamento sobre o caso, mas até o fechamento desta página nenhuma resposta foi obtida. ●

Flora Dolores

Estrutura de ferro do Terminal Rodoviário com ferrugem e parcialmente deteriorada demonstra a insegurança do local para usuários

SAIBA MAIS

De acordo com o laudo do Corpo de Bombeiros, o Terminal Rodoviário estaria com problemas nos sistemas de combate a incêndio e pânico, na iluminação de emergência, sinalizações de segurança, planos de ações de emergência, canalização preventiva, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e falta de extintores de incêndio portáteis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Luciano Leitoa recebeu doação de beneficiário do Bolsa Família

Constatação foi feita pela Justiça Eleitoral, após cruzamento de dados com o CadÚnico do programa do Governo Federal. Assessoria não se manifestou

O atual prefeito da cidade de Timon e reeleito nas eleições deste ano, Luciano Leitoa (PSB), recebeu doação de R$ 1.064,00 de um servidor lotado por ele em seu gabinete desde 2015 (como assessor especial), identificado como Francisco das Chagas Sousa Lima. A constatação foi feita pela Justiça Eleitoral em depoimento concedido pelo próprio doador no dia 21 do mês passado. O Estado obteve documentos que comprovam o teor do depoimento.

Ainda de acordo com a Justiça – após cruzamento de dados com o CadÚnico –, o servidor-doador seria ainda beneficiário do Bolsa-Família, mesmo tendo vínculo comprovado com a Prefeitura timonense. O servidor admitiu, ainda durante o depoimento, que mesmo beneficiário de um programa social recebe "a quantia líquida de dois mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos (R$ 2.612,55)".

Apesar da suspeita e da ligação administrativa com Luciano Leitoa, o servidor informou também que fez a doação "por vontade própria" e admitiu "ter afinidade com as propostas do candidato". Segundo o servidor, a doação é oriunda apenas de "economias realizadas" por ele.

Em nota, a assessoria de Luciano Leitoa informou que "todas as doações recebidas respeitaram os critérios legais destacados na Resolução nº 23.463, de 2015. Segundo a assessoria, as "doações foram feitas de forma espontanea". Por fim, a assessoria informou também que a "prestação de contas preza pela transparência e segue os prazos determinados pela Justiça Eleitoral".

DOAÇÕES

TCU suspeita de 259 mil doadores

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspeita de 259 mil casos no país de doações supostamente irregulares a candidatos durante as eleições. De acordo com a entidade, R$ 1,4 bilhão em doações pode ter sido repassado de forma ilegal.

Relembre

Esta não é a primeira vez que o nome de Luciano Leitoa é ligado a possíveis irregularidades com servidores de sua gestão e que seriam beneficiários indevidamente do Bolsa Família. Em dezembro do ano passado, O Estado publicou que uma servidora lotada na Prefeitura de Timon, identificada por Márcia Araújo da Silva, estaria recebendo indevidamente valores do programa. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	(X) Outros Opinião
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

EDITORIAL

Transporte público e medo

O que deveria ser um serviço eficiente para a população se locomover, transformou-se em sinônimo de insegurança. Hoje, andar de ônibus em São Luís é risco de ser alvo de assaltantes e até de morrer, seja por facadas ou tiro ou queimado, já que os coletivos voltaram a ser alvo de marginais, que ateiam fogo por puro vandalismo ou em protesto por interesses contrariados. Já foram vários os casos de cidadãos vítimas de queimaduras em incêndios a coletivos e houve episódios em que ocorreram até mortes.

Os números comprovam esta assustadora realidade na Região Metropolitana de São Luís. Só neste ano, 475 ônibus foram assaltados, 22 incendiados ou sofreram tentativa de depredação, sete pessoas ficaram feridas e uma morreu. Até o final de setembro, 39 bandidos foram presos, acusados de envolvimento nesse tipo de crime, segundo a polícia.

Em janeiro deste ano, ocorreram 66 assaltos, seguindo-se 34 em fevereiro, 53 em março, 60 em abril, 49 em maio, 45 em junho, 68 em julho, 51 em agosto e 49 em setembro.

Um ponto que chama atenção é que a maioria dos envolvidos em incêndios a coletivos são menores, que são apreendidos, mas soltos logo a seguir, voltando a agir, virando um círculo vicioso, no qual os usuários ficam à mercê da ousadia dos bandidos.

Hoje, andar de ônibus em São Luís é risco de ser alvo de assaltantes e até de morrer, seja por facadas ou tiro ou queimado

Como encarar normalmente que um trabalhador, durante sua jornada, seja vítima de queimadura por ter tido seu "local" de atividade diária atacado por bandidos? Um dos casos mais recentes foi a cobradora de ônibus Benedita dos Santos S. Almeida, de 47 anos, que sofreu queimaduras de 1º e 2º graus nas pernas e nas nádegas, durante a ação de oito criminosos que assaltaram e atearam fogo no coletivo na tarde do dia 12 do mês passado, na Avenida Kennedy, no Bairro de Fátima. Ressalte-se que aquela avenida é uma das vias mais movimentadas por ser uma área de intenso centro comercial. O ataque ocorreu em uma segunda-feira, com o comércio em pleno funcionamento.

E os familiares desses trabalhadores do transporte coletivo, como ficam? Com certeza, a preocupação de voltar para casa com segurança e bem estará sempre no ar. Afinal, a insegurança ocorre em toda a cidade.

Somente no mês de maio, 18 ônibus foram incendiados ou quase depredados por criminosos. Para proteger a população e o próprio patrimônio, donos de empresas têm adotado a prática de recolher os coletivos para as garagens.

A instalação de câmeras nos coletivos é outra medida preventiva, mas que não tem funcionado muito bem, pois os bandidos continuam agindo cada vez mais de forma ousada. A Polícia Militar tem feito blitze e operações com revista em coletivos, mas também não tem conseguido inibir a ação dos bandidos já que os assaltos e incêndios continuam.

Para os usuários e trabalhadores rodoviários, a única certeza é que está cada vez mais difícil ficar tranquilo dentro de um ônibus, seja durante o trajeto ou quando para em um ponto de ônibus ou em um terminal de integração, pois em qualquer um desses locais pode haver um marginal ou um bando pronto para agir, humilhando, ferindo, queimando e até matando pessoas. O direito de ir e vir em um coletivo está virando um verdadeiro tormento físico e psicológico para a população de São Luís. Essa realidade é inconcebível.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Presa a prefeita de Guimarães

Nilce Farias já vinha sendo investigada há algum tempo sobre a aplicação dos recursos financeiros e outras verbas direcionadas ao município. Mais quatro pessoas foram presas

Nas primeiras horas da manhã de ontem, investigadores da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), prenderam a prefeita do município de Guimarães, Nilce de Jesus Farias Ribeiro (PMDB), e mais quatro pessoas, acusadas de lavagem de dinheiro, desvio de verbas e falsificação de processo licitatório.

Foram presos, além a prefeita, sua filha Carliane de Jesus Farias Ribeiro (secretária de Finanças); Railson de Assis Pereira Sodré, pregoeiro do município e genro da prefeita; Douglas Pereira Ribeiro, empresário que mantinha contratos com o município; e Francivaldo Martins Piedade, conhecido como "Buiu", ex-presidente da Comissão de Licitação de Guimarães.

A prefeita Nilce Farias já vinha sendo investigada há algum tempo sobre a aplicação dos recursos financeiros e outras verbas direcionadas ao município. Ela e os demais envolvidos foram levados para o Complexo de Pedrinhas. Há uma estimativa de que os desvios das verbas sejam superiores a R$ 3 milhões, somente em 2013.

A Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) informou que a prefeita é acusada de lavagem de dinheiro e fraude em licitação de contratos de prestações de serviços ao município. O montante desviado pela gestora, dos cofres públicos de Guimarães, não foi divulgado.

Conforme o delegado Ricardo Moura, da Seccor, os cinco suspeitos respondem a, pelo menos, quatro crimes contra a administração pública. "São fraudes contra a licitação, crimes licitatórios, no caso, mais de um delito, lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa também", revelou.

Prefeita foi levada para a Seccor, onde depôs

> São fraudes contra a licitação, crimes licitatórios, no caso, mais de um delito, lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa também
>
> **Ricardo Moura,** delegado

Informou o delegado que as investigações remontam ao primeiro ano de gestão da prefeita de Guimarães. "Já no ano de 2013, foram identificadas várias fraudes em processos licitatórios. Essas fraudes eram diversas. Eram desde o direcionamento dos contratos para empresas já pré-escolhidas pelos gestores como o uso de documento falso nesses contratos e, também, possível superfaturamento de preço desses contratos inicialmente investigados".

O delegado Ricardo Moura disse ainda que a partir de agora será dado um novo passo nas investigações, em que serão interrogados os suspeitos, avaliados dados bancários a partir dos materiais apreendidos e, caso seja necessário, pedida prisão preventiva a todos os envolvidos. "Agora vai ser dado um novo passo nas investigações. Vamos investigar os suspeitos observando seus dados bancários e fiscais, fazendo um trabalho minucioso em cima dos documentos e computadores apreendidos. Vamos também definir se vai ser necessária prorrogação dessa prisão temporária ou uma conversão em preventiva ou mesmo se vai ser pedido o afastamento da prefeita", finalizou.

Descabida

O advogado Paulo Humberto Castelo Branco, contratado para defender a prefeita, a filha e o genro da prefeita, considerou a prisão descabida porque a prefeita, sempre que citada, assim como os outros suspeitos, prestaram os devidos esclarecimentos. Ele disse que não via necessidade da prisão se dar nesse momento. O advogado Castelo Branco disse ainda que as irregularidades são meramente formais e não condizem necessariamente a fraudes, a crimes, como se observa nas investigações. Além disso, o advogado citou o fato de que em praticamente todas as prefeituras do Maranhão essa é uma situação corriqueira. Os cinco presos foram levados na tarde de ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital, para cumprirem prisão temporária de cinco dias.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros CAPA
DATA 21 / 10 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

A prefeita Nilce Farias quando deixava a SSP com destino ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas; Além da prefeita de Guimarães, mais quatro pessoas foram presas ontem pela Polícia Civil

PREFEITA, FILHA E GENRO SÃO PRESOS ACUSADOS DE FRAUDES EM LICITAÇÕES

Grupo é suspeito pelo desvio de R$ 3 milhões, conforme contratos apreendidos pela Polícia Civil

A prefeita de Guimarães, Nilce de Jesus Farias Ribeiro, de 64 anos, e mais quatro pessoas foram presas nas primeiras horas de ontem (20), em uma operação desencadeada pela Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), suspeitas de integrar uma quadrilha que fraudava licitações naquela cidade. O grupo, conforme as investigações, teria desviado a quantia de R$ 3 milhões dos cofres públicos, decorrentes de contratos de locação e manutenção de veículos, entre outras atividades.

PÁG. 1 [C:

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Atos e Fatos e Bancos
DATA 21 / 10 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Desce

A prefeita do município de Guimarães, Nilce de Jesus Farias Ribeiro, foi presa na manhã desta quinta-feira (20), pela Polícia Civil. Ela é acusada dos crimes de fraude em licitação, superfaturamento de contratos, apropriação de dinheiro público e lavagem de dinheiro.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Prefeita de Guimarães é presa sob acusação de desvio de recursos

A gestora, a filha, o genro e mais duas pessoas foram levados ontem para Pedrinhas; eles respondem por fraudes em licitação que desviaram R$ 3 milhões do município

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A prefeita do município de Guimarães, Nilce de Jesus Farias; sua filha e secretária de Finanças, Carlane de Jesus Farias Ribeiro; seu genro e pregoeiro de Guimarães, Railson de Assis Pereira Sodré; o ex-presidente da Comissão de Licitação da cidade, Francivaldo Martins Piedade, o Buiú, e o empresário dono da empresa Tele Serve, Douglas Pereira Ribeiro, foram presos e encaminhados ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A polícia informou que eles estão sendo acusados de fraudar licitações, de superfaturar contratos, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Somente os contratos de 2013 apresentaram irregularidades em torno de R$ 3 milhões.

A gestora e os outros detidos foram apresentados à imprensa em coletiva ocorrida ontem, na sede da Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmeira. Em seguida, o grupo foi levado para Pedrinhas. O delegado Ricardo Moura, da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), afirmou que os acusados vão responder pelos crimes de fraudes, de licitação, superfaturamento de contrato, peculato e organização criminosa.

Ordem de prisão foi expedida pela Justiça

O delegado informou ainda que a ordem de prisão foi expedida pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, e o relator, o desembargador José Bernardo. A decisão judicial foi cumprida ontem, no início da manhã, por uma equipe da Seccor e representantes do Ministério Público. A prefeita, sua filha e seu genro foram localizados na residência da família, no bairro Bequimão. Na casa, foi cumprido um mandado de busca e apreensão com o recolhimento de documentos e computadores para serem analisados.

Mais prisão

No bairro de Araçagi, ocorreu a prisão de Douglas Ribeiro, e Francivaldo Martins foi preso na cidade de Guimarães, onde a equipe da Seccor, sob a coordenação do delegado Luís Augusto Mendes, também realizou busca e apreensão na casa lotérica que pertence a Nilce Farias.

Também participaram da coleira o subsecretário de Segurança Pública, Saulo de Tarso; o subdelegado-geral da Polícia Civil, Adriana Amarantes; o superintendente da Seccor, Roberto Wagner, e os representantes do Ministério Público, Marcos Aurélio Conteiro e Marcos Valério.

"A secretaria designou uma equipe para apurar o desvio de verbas públicas e combater essa onda de criminalidade no estado. Esses policiais trabalham em companhia dos integrantes do Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público, e geralmente, quando realizam uma prisão, acaba resultando fatura-mente em mais novas detenções", declarou Paulo de Tarso.

Investigação

O delegado Ricardo Moura disse que as investigações começaram no fim do ano passado, quando surgiram denúncias de que estavam ocorrendo irregularidades nas licitações da Prefeitura de Guimarães, uso de documentos falsos e lavagem de dinheiro. Esse esquema criminoso era realizado pela prefeita Nilce Farias em companhia de sua filha, de seu genro e ainda de Railson Sodré e Francivaldo Martins.

A polícia, durante as investigações, constatou que somente a fraude na licitação de locação de veículos estava em torno de R$ 822.800,00. Também havia irregularidade na aquisição de combustível com desvio de R$ 944.180,00, e ainda ficaram comprovadas fraudes nas licitações do serviço de limpeza pública em torno de R$ 745.000,20 e na licitação de manutenção de veículos, com desvio de R$ 422.147,00.

Ricardo Moura declarou que a Prefeitura de Guimarães teria fechado o contrato por meio de licitação fraudulenta com a empresa Tele Serve, que no momento é denominada como RI Dois Construção, com sede em São Luís. Esta empresa, que tem como proprietário Douglas Ribeiro, como não tinha veículos, teria subcontratado carros de moradores de Guimarães que trabalharam durante a campanha eleitoral de Nilce Farias.

Ficou confirmado ainda, durante as investigações, que Douglas Ribeiro teria repassado R$ 120 mil a Nilce Farias e a sua filha e seu genro por meio de contas bancárias pessoais, e até mesmo na conta da casa lotérica, que pertence à prefeita. "O trabalho investigativo vai continuar, pois o valor desviado dos cofres públicos de Guimarães pode ainda ser maior do que os R$ 3 milhões já detectados", disse o delegado.

O advogado dos acusados, Paulo Castelo Branco, declarou que a prisão de seus clientes foi desnecessária, pois a própria prefeita de Guimarães estava contribuindo com o trabalho investigativo, principalmente com o fornecimento de documentos. Ele disse ainda que vai esperar que seus clientes sejam ouvidos para em seguida entrar com o pedido de relaxamento de prisão. ●

Patrício Pinto

Prefeita Nilce de Jesus Farias quando chegava à Secretaria de Segurança Pública escoltada por um policial

> "O trabalho investigativo vai continuar, pois o valor desviado dos cofres públicos de Guimarães pode ainda ser maior do que os R$ 3 milhões já detectados".
>
> DELEGADO RICARDO MOURA, superintendente da Seccor

NÚMEROS

R$ 3 milhões
É quanto a polícia diz que foram desviados da conta da Prefeitura de Guimarães por meio fraude em licitações e superfaturamento de contratos

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL
oestadoma.com

PF prende bando que aplicava golpes no INSS

Operação Casa Cheia foi desenvolvida ontem, em São Luís; prejuízo já chega a R$ 1,65 milhão

Duas pessoas presas e um mandado de condução coercitiva e nove de busca e apreensão foram o resultado da 2ª etapa da Operação Casa Cheia, realizada ontem, na capital, pela Força-Tarefa Previdenciária, que integra a Polícia Federal (PF), Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal (MPF). Este trabalho tem a finalidade de reprimir crimes previdenciários. Segundo a polícia, uma organização criminosa vem fraudando benefícios de amparo social ao idoso desde 2011. O prejuízo aos cofres públicos da União gira em torno de R$ 1,65 milhão.

Os presos não tiveram seus nomes divulgados pela polícia. Eles foram encaminhados para sede da PF, no bairro Cohama, desde as primeiras horas de ontem. Logo após terem sido ouvidos, foram transferidos para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A assessoria de comunicação da PF informou que a investigação se concentrou na atuação dos intermediários e agenciadores de benefícios fraudulentos, que fazem parte de uma associação criminosa especializada em fraudes previdenciárias, com atuação no bairro Anjo da Guarda.

Ainda segundo a PF, o trabalho operacional contou com a participação de 40 policiais federais e de um servidor da área de inteligência do Ministério da Previdência Social e do coordenador da Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos (APEGR) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Antônio Carlos Castro.

Esquema fraudulento

O delegado da Polícia Federal, Diniego Almeida, informou que as investigações foram iniciadas em 2015, quando duas pessoas foram presas no momento em que sacavam benefícios fraudulentos em uma agência bancária na capital. A polícia comprovou que os documentos dos detidos tinham o mesmo endereço e provavelmente seriam sido feitos por uma mesma pessoa.

No decorrer das investigações, ficou constatado que os quadrilheiros criavam pessoas fictícias e, por meio de documentos falsos, davam entrada no benefício por meio da internet. Logo após, os benefícios eram aprovados com o aval de funcionários do INSS. A polícia também constatou que 43 beneficiados identificados supostamente residem em apenas duas casas, localizadas na capital.

Foi constatada ainda a participação de três servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de mais dois intermediários, filho e mãe, nomes não revelados. Eles estão proibidos de frequentar o local de trabalho por 90 dias.

Fase I

A primeira fase da Operação Casa Cheia foi realizada no dia 24 de maio deste ano. Foram cumpridos 12 mandados judiciais, sendo um de prisão preventiva, quatro de condução coercitiva e sete de busca e apreensão. Entre os mandados, constava também a previsão de arresto de bens imóveis e de veículos no nome dos investigados, além da determinação para que o INSS suspendesse ou o bloqueasse o pagamento de 43 benefícios de amparo social ao idoso e realizasse a auditoria em outros 27 benefícios dessa mesma espécie. ●

SAIBA MAIS

Benefícios no mesmo endereço

Casa Cheia: a operação foi batizada 'Casa Cheia' por causa dos titulares de 43 benefícios identificados supostamente residirem em apenas duas residências, levando-se em conta o endereço cadastrado nos benefícios.

ENTENDA O CASO

Crimes vinham desde 2011

Realização: Força-Tarefa Previdenciária, que integra a Polícia Federal (PF), Ministério da Previdência Social e do Ministério Público Federal (MPF)
Objetivo: Reprimir crimes previdenciários que vêm ocorrendo desde 2011 por uma organização.
Valor desviado: O prejuízo aos cofres públicos da União gira em torno de R$ 1,65 milhão.
Onde: Região Metropolitana de São Luís
Resultado da operação fase II: Duas pessoas foram presas e foram cumpridos um mandado de condução coercitiva e nove de busca e apreensão

Detento é achado morto em cela da URP São Luís 6

Carlos Vinicius, de 25 anos, foi morto a facadas por colegas de cela, que vão responder por homicídio; seis assassinatos já foram registrados este ano

Seis assassinatos já ocorreram este ano, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Dois registros desse tipo de crime somente neste mês, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) São Luís 6, antigo Centro de Detenção Provisória (CDP). O último caso ocorreu na tarde de ontem, e a vítima foi identificada como Carlos Vinicius Abreu Rodrigues, de 25 anos.

Segundo informações de funcionários dessa unidade prisional, que não se identificaram, o preso foi encontrado morto a golpe de faca dentro da cela 3, do Bloco Delta, e removido para o Instituto Médico Legal (IML), para autópsia. O resultado do exame vai ser encaminhado à Polícia Civil.

Também ontem os companheiros de cela da vítima foram ouvidos pela polícia e podem responder pelo crime de homicídio. Até o começo da noite, o corpo de Carlos Abreu ainda estava no IML.

O Estado entrou em contato com a assessoria de comunicação do Governo para obter informações sobre o crime e quais medidas seriam tomadas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

No último dia 3, o apenado Wanderson Soares Ferreira, o *Nego Boy*, de 26 anos, foi morto dentro da cela 4 do bloco Delta, da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) São Luís 6. Ele tem sido assassinado a golpes de faca, e os principais suspeitos são os seus companheiros de cela. A polícia não soube informar a motivação do crime.

ENTENDA O CASO

Mortes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas este ano

Dia 29 de janeiro: Joelmo dos Santos Silva, de 26 anos
Dia 8 de fevereiro: Lázaro do Vale Feitosa, de 31 anos
Dia 13 de junho: Giheliton de Jesus Santos Silva, de 30 anos
Dia 23 de setembro: Sidney Frazão Barros, de 30 anos
Dia 3 de outubro: Wanderson Soares Ferreira, o *Nego Boy*, de 26 anos
Dia 20 de outubro: Carlos Vinicius Abreu Rodrigues, de 25 anos.

Divulgação

Unidade de Ressocialização onde ocorreu mais um crime

Corpo é achado em terreno no Angelim

Vítima, até a tarde de ontem, continuava sem identificação; morte também no São Cristóvão

Populares encontraram ontem um corpo do sexo masculino, de aproximadamente 25 anos, com marcas de violência no rosto, em um terreno de maragal, localizado no bairro do Angelim. A polícia não informou o motivo e também não identificou os autores desse crime. O fato vai ser investigado pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) para autópsia e até a tarde continuava no instituto sem identificação.

O outro corpo que foi encaminhado ao IML foi o de José de Ribamar Costa Cunha, de 45 anos. A polícia informou que ele estava conduzindo uma motocicleta Honda preta, de placa NSS-3387, do estado do Pará, na noite de quarta-feira no Jardim São Cristóvão, quando foi baleado por criminosos não identificados.

Divulgação

Corpo achado em área do Angelim

Os tiros atingiram as costas da vítima, que morreu no local. A polícia foi acionada e realizou buscas na área, mas não conseguiu prender os acusados. O crime está sendo investigado pela Polícia Civil. ●

NA WEB

Mais notícias de **Polícia** em: **oestadoma.com**

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 21 / 10 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

COHAB-ANIL

Cinco detidos após roubar residência

A Delegacia de Roubos e Furtos prendeu, na noite da última quarta-feira (19), cinco pessoas envolvidas em roubo a residência, ocorrido no bairro Cohab Anil. O roubo foi executado por três adolescentes armados. Foram recuperados televisão, celular, videogame e um veículo.

Durante a operação, foram presos três receptadores, autuados por receptação e corrupção de menores, e identificados como João Henrique de Arruda Cruz, Francisco de Assis Mateus Azevedo Santos e Rinaldo Borges Veloso. Rinaldo também foi autuado por tráfico de drogas no ato da prisão, pois portava cerca de 45 trouxas de maconha.

Os adolescentes praticavam crimes e os adultos eram receptadores

INTERIOR

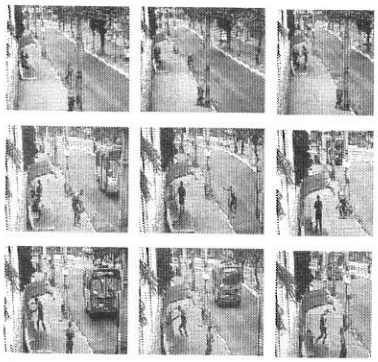
Reforço no combate ao crime organizado

A 3ª turma do Curso de Operações de Sobrevivência em Área Rural (Cosar) estará nos próximos dias nas ruas do Maranhão para reforçar as ações de combate ao crime organizado no interior do estado. "O curso tem um rol de instruções muito diversificado, porém todos voltados com a finalidade de prevenir e capturar assaltantes. Claro que uma vez que o Cosar está na região, pode atuar em qualquer ocorrência, roubo, roubo de veículo, tráfico de droga, entre outras ações da atividade de um policial. Mas o preparo deles é para o patrulhamento da região com o rastreio e perseguição de assaltantes no interior das matas, dando cabo a esse tipo de quadrilha, principalmente para o combate aos assaltos a bancos", destacou o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel José Frederico Gomes Pereira.

O evento de encerramento da 3ª turma do Curso de Operações de Sobrevivência em Área Rural foi realizada, no Comando-geral da Polícia Militar, no Calhau. Nesta etapa, 25 homens da Polícia Militar, sendo 12 da capital e 13 do interior, concluíram o curso, que teve duração de 48 dias. "Estes homens devem se juntar com os outros policiais do Cosar que fizeram parte das duas primeiras turmas para reforçar as ações de combate ao crime em todo o estado. Nós temos obtido um resultado muito bom nos municípios em que os homens das primeiras turmas atuam. Em Presidente Dutra, as ações dos bandidos podem ser consideradas mínimas, após a inserção do Cosar na região", ressaltou o comandante.

Além de Presidente Dutra, local onde foi instalada a primeira base, mais três serão implantadas nesta etapa. De imediato, estão previstas para este mês as bases de Bacabal e Maracaçumé. Até o fim do ano, o projeto é de expandir a base para o município de Buriticupu, assim como em outras regiões. As bases darão apoio às demais unidades da polícia, realizando o policiamento ostensivo, com barreiras nas cidades e nas estradas vicinais, além do trabalho de inteligência.

MONTE CASTELO



Imagens das câmeras mostram ação do bandido na via pública

Assaltante violento é procurado pela polícia

A polícia procura um homem que comete vários assaltos utilizando violência, no bairro do Monte Castelo. O modus operandi dele é sempre o mesmo: se disfarça de estudante, com mochila, calça, tênis e camisa. Os crimes sempre acontecem nas paradas de ônibus da região, pois os alvos são as pessoas que esperam pelo transporte coletivo. De acordo com informações, o larápio utiliza uma arma de fogo para cometer os roubos. Os assaltos acontecem entre 6h e 7h da manhã e 17h e 18h da tarde, horário que existe um movimento nas paradas. Uma câmera de videomonitoramento flagrou um dos crimes e a violência usada pelo suspeito.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Preso garçom que extorquia clientes de restaurante com fotos e vídeos íntimos

NELSON MELO

O garçom Erivelton do Nascimento Moraes, de 24 anos, recebeu voz de prisão pelo crime de extorsão, na tarde desta quinta-feira (20), tendo sido capturado por policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Conforme a polícia, ele exigia dinheiro de clientes do restaurante em que trabalhava, no bairro Vinhais, para não divulgar fotos e vídeos íntimos das vítimas na internet.

Foi explicado pelo superintendente da Seic, delegado Tiago Mattos Bardal, que Erivelton do Nascimento, durante o serviço, se apoderava dos celulares dos clientes e copiava dele fotos e vídeos íntimos dos frequentadores do estabelecimento comercial. De acordo com a fonte, ele realizava ilicitamente o procedimento criminoso no momento em que os aparelhos ficavam conectados às tomadas, isto é, quando eram carregados. Com os materiais repassados ao seu celular, o garçom, depois, chantageava as vítimas, pedindo uma determinada quantia em dinheiro.

Como ameaças, ele declarava que iria divulgar o que copiou do aparelho dos clientes nas redes sociais, para que os internautas tivessem acesso ao conteúdo íntimo, caso o valor exigido não fosse depositado.

Na tarde de ontem, os policiais da Superintendência de Investigações Criminais o abordaram no Terminal de Integração Praia Grande, na região central da cidade. No terminal, como indicou Bardal, ele se preparava para receber dinheiro proveniente da extorsão de uma das vítimas.

Divulgação/PC

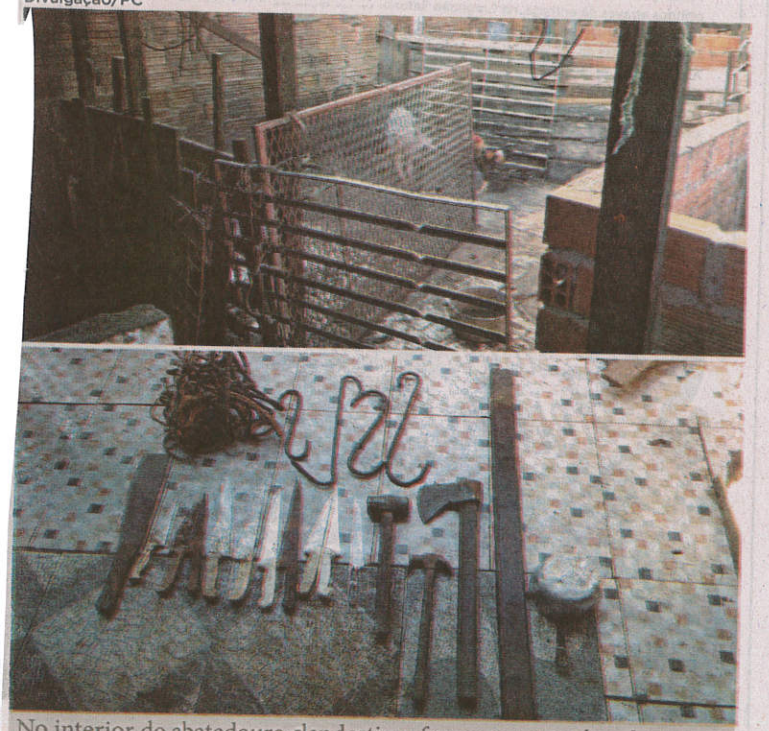
Erivelton foi preso quando se preparava para extorquir vítima

Detento é achado morto em cela do antigo CDP de Pedrinhas

Um detento foi encontrado morto, no início da tarde de ontem (20), na Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 6 (UPR), nova denominação do Centro de Detenção Provisória (CDP), unidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital maranhense. O nome dele seria Carlos Vinícius Abreu Rodrigues, segundo fontes do sistema carcerário.

As causas da morte do presidiário, que foi achado em uma das celas do antigo CDP, estão sendo apuradas pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Uma equipe do Instituto de Criminalística (Icrim) compareceu ao presídio, onde realizou o procedimento pericial no ambiente e no corpo do interno, que foi removido pelo Instituto Médico Legal (IML) por volta das 15h. (NM)

Divulgação/PC



No interior do abatedouro clandestino, foram encontrados objetos utilizados para matar os animais

Polícia descobre abatedouro clandestino na Cidade Olímpica

Em cumprimento a mandado de busca e apreensão, a Polícia Civil, em parceria com outros órgãos estaduais, descobriu, nesta quinta-feira (20), um local onde funcionava um abatedouro clandestino de animais. Objetos utilizados para a atividade ilegal foram apreendidos lá, que é uma residência, no bairro da Cidade Olímpica. Um homem foi conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos.

Titular da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), delegado Armando Pacheco repassou sobre o caso que as equipes seguiram ao local por determinação judicial, a partir da Central de Inquéritos. Sendo assim, investigadores das delegacias do Meio Ambiente (Dema) e do Consumidor (Decon) seguiram ao imóvel, verificando em seu interior diversos instrumentos, como facas, machados, martelos e ganchos, que eram usados para abater animais como porcos, cabras, aves etc.

Um homem de 71 anos, Antônio Nunes, que estava no ambiente, foi encaminhado à delegacia para ser interrogado acerca do abatedouro clandestino. Para a polícia, os pedaços dos animais mortos eram, provavelmente, revendidos em feiras públicas próximas à residência, "em circunstâncias que estão sendo investigadas". Pacheco disse que, além dos policiais da Dema e da Decon, esteve presente na operação uma equipe do Instituto de Criminalística (Icrim).

E, ainda, servidores da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA) e da Superintendência de Vigilância Sanitária (Suvisa).(NM)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

PF prende duas pessoas em São Luís por fraude contra Previdência Social

Ação foi desdobramento da Operação Casa Cheia, realizada em 24 de maio passado

OSWALDO VIVIANI

Cerca de 40 policiais federais realizaram, na manhã de ontem (20), em conjunto com um servidor da área de Inteligência do Ministério da Previdência Social e a Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos (Apegr), a Operação Casa Cheia 2, em São Luís. Foram cumpridos 12 mandados judiciais –dois de prisão temporária (prazo de 5 dias, revogáveis), um de condução coercitiva e nove de busca e apreensão. Os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

A polícia investiga crimes de estelionato previdenciário, falsidade documental e inserção de dados falsos em sistema de informações realizados por uma associação criminosa no bairro do Anjo da Guarda. A investigação se concentrou na atuação dos intermediários e agenciadores de benefícios fraudulentos.

A ação da manhã de ontem (20) é um desdobramento da Operação Casa Cheia, realizada em24 de maio passado, em que uma pessoa foi presa, quatro foram conduzidas coercitivamente e sete mandados de busca e apreensão foram cumpridos. No esquema, segundo a PF, foi apurado umprejuízo de aproximadamente R$ 1,65 milhão contra a Previdência Social.

Segundo a PF, havia indícios da participação de uma associação criminosa composta inicialmente por um idoso, que se passava por terceiros, um agenciador, que arregimentava pessoas e os encaminhava até agências bancárias, e outros dois intermediários, que forneciam a documentação falsa.

A operação foi denominada "Casa Cheia" porque os titulares de 42 benefícios identificados moravam em apenas duas residências, de acordo com o endereço cadastrado nos benefícios.

Corpo é encontrado estendido às margens de lagoa no Angelim

Um homem foi encontrado morto, nas primeiras horas da manhã desta quinta-feira (20), às margens de uma lagoa no bairro Angelim. Era, pelo semblante, um jovem, que teria sido desovado no local.

De acordo com informações do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), ele continha perfurações no corpo, que seriam balísticas.

O cadáver estava de bruços e estendido no meio de lixos e galhos de árvores, perto de um riacho, em uma rua que liga a Avenida São Luís Rei de França e a Avenida Jerônimo de Albuquerque, quase em frente ao Macro. A vítima apresentava uma extensa tatuagem no braço esquerdo, e teria entre 20 a 25 anos.

A suspeita é de que o jovem foi executado na noite do dia anterior e em outro local e, depois, levado pelos envolvidos no crime àquela área, o que é conhecido como desova.

Pessoas que residem nos arredores do trecho em que o cadáver estava teriam escutado sons característicos de motor de carro durante a madrugada, que, pela intensidade do barulho, sugeria que o veículo trafegava pela rua em cujas margens o corpo da vítima foi encontrado.

Divulgação

Corpo foi localizado em meio a mato e lixo, às margens da lagoa do Angelim

OUTRA MORTE

Na noite anterior, pouco depois das 19h, mataram José Ribamar Costa Cunha, de 45 anos, que estava em uma motocicleta Honda Bros preta. Segundo moradores do Jardim São Cristóvão, onde ocorreu o assassinato, a vítima tinha o costume de trafegar pela localidade, e, naquele horário, foi executado a tiros por dois homens em uma moto. (NELSON MELO)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

OPERAÇÃO CASA CHEIA II

Polícia Federal mete em cana duas "vasilhas" por fraude à Previdência Social

A Polícia Federal realizou em conjunto com membros da Previdência Social e Ministério Público Federal (MPF), a 'Operação Casa Cheia II', na manhã desta quinta-feira (20), em São Luís. Foram cumpridos 12 mandados judiciais, dos quais dois de prisão preventiva, um de condução coercitiva e nove de busca e apreensão. Não há ainda apuração do prejuízo causado.

A polícia investiga crimes de estelionato previdenciário, falsidade documental e inserção de dados falsos em sistema de informações realizados por uma associação criminosa no bairro Anjo da Guarda, em São Luís. A investigação se concentrou na atuação dos intermediários e agenciadores de benefícios fraudulentos.

A ação na manhã de ontem é um desdobramento da Operação Casa Cheia deflagrada em maio deste ano em que uma pessoa foi presa, quatro foram conduzidas coercitivamente e sete mandados de busca e a apreensão foram cumpridos.

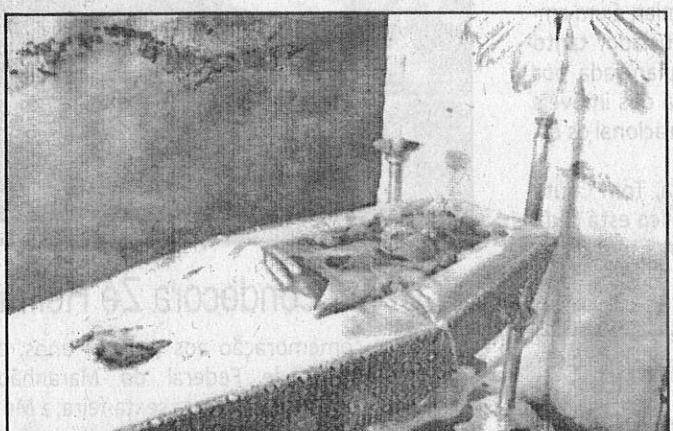
Segundo a PF, havia indícios da participação de uma associação criminosa composta inicialmente por um idoso, que se passava por terceiros, um agenciador, que arregimentava pessoas e os encaminhava até agências bancárias, e outros dois intermediários, que forneciam a documentação falsa.

Ébrio, com depressão, comete suicídio por enforcamento em Bacabal

Nas primeiras horas desta quinta-feira (20), um homem identificado por Antônio Carlos da Cruz de Lima recorreu ao suicídio por enforcamento, na cidade maranhense de Bacabal. O mesmo morava na Manoel Quadros, no bairro da Areia, naquela cidade.

Segundo informações de familiares, Antônio Carlos bebia dia e noite e nos últimos dias vinha falando em tirar a própria vida.

A mãe da vítima, Maria Alexandra que é deficiente visual, disse que por várias vezes pediu para que o mesmo parasse com a bebedeira e que tivesse mais fé em Cristo. Ainda segundo informações, o mesmo estava com problemas de depressão e muita das vezes só vinha em casa banhar e voltava para os bares.



Antônio Carlos da Cruz de Lima deu cabo à vida por enforcamento

A vítima usou um lençol amarrado a uma escapa para tirar a própria vida.

O corpo de Antonio Carlos foi velado na casa de sua mãe, na Rua Manoel Quadros, no bairro da Areia.

Encontrado cadáver no bairro Angelim, em São Luís

Na manhã desta quinta-feira (20), populares localizaram um corpo de um homem, de aproximadamente 25 anos, em um terreno no bairro do Angelim, em São Luís.

Segundo informações da polícia, os policiais que estiveram no local disseram que não é possível identificar o que teria levado a morte do homem. O Instituto Médico Legal (IML) vai fazer exame cadavérico para revelar a causa da morte.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Polícia e uma cacetada de órgãos fecham matadouro clandestino na Cidade Olímpica

A Polícia Civil, através das delegacias do Consumidor e do Meio Ambiente, deu cumprimento, no fim da manhã desta quinta-feira (20), a Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo juízo da Central de Inquéritos, numa residência, localizada na Cidade Olímpica, onde funcionava um abatedouro clandestino de animais (suínos, caprinos, aves, etc.).

Também participaram da diligência equipes do Icrim, Superintendência Vigilância Sanitária e Aged. Foram realizados levantamentos no local, aonde foram apreendidos objetos relacionados com os fatos em investigação, assim como um homem identificado como Antonio Nunes, de 71 anos, que foi conduzido para a delegacia para ser interrogado. Pelos levantamentos preliminares do Instituto de Criminalística do Maranhão, da Superintendência de Vigilância em Saúde e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged) há fortes indícios que no local funcionava um abate clandestino de suínos e caprinos, provavelmente revendidos em feiras públicas próximas, circunstâncias que estão sendo investigadas.

O abatedouro clandestino fechado na Cidade Olímpica

Suspeito de tráfico é conduzido com dois menores para delegacia de Bacabal

Informações repassadas ao Copom da Polícia Militar davam conta de que três pessoas estavam vendendo drogas e fazendo baderna próxima a Escola Alice Mendes, no bairro São Lucas, em Bacabal. Uma viatura da Polícia Militar se deslocou até o local e fez a apreensão de dois menores e de um terceiro elemento conhecido pela alcunha de "Leleco" para a Delegacia.

Quando avistaram a viatura da Polícia Militar, um dos elementos empreendeu fuga, mas foi perseguido e capturado pelos PMs. "Leleco", segundo informações, já estaria de viagem marcada para São Luís, o que a polícia achou estranho, já que o mesmo resistiu a prisão.

O comando do 15° Batalhão da Polícia Militar de Bacabal, está priorizando o centro comercial da cidade fortalecendo assim, toda sociedade de Bacabal.

Disse ainda que a sociedade é o maior parceiro da polícia e pede para que esta parceria continue para que ajude a polícia a tirar de circulação os elementos nocivos à sociedade.

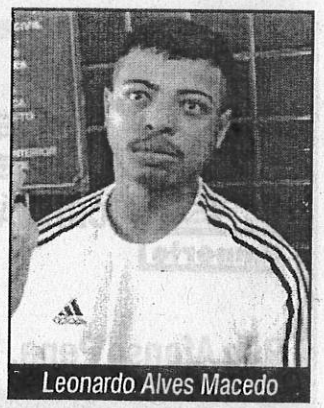
PM prende sujeito por porte ilegal de arma de fogo e posse de drogas

Policiais lotados no 4° Batalhão de Polícia Militar em Balsas, membros da guarnição Força Tática em ronda realizada no bairro Potosi, na madrugada de quarta-feira (19), localizaram um homem em atitude suspeita conduzindo uma motocicleta Honda Pop, cor vermelha, placa OXQ-8390.

Ao perceber a presença da viatura o homem identificado por Leonardo Alves Macedo, 28 anos, empreendeu fuga e após um acompanhamento tático foi abordado.

Com o suspeito foi encontrado uma porção de maconha pesando 22g, uma porção de crak com 0,5g e um revólver cal. 32 com 08 munições intactas, sendo 6 na arma e 2 no bolso.

Leonardo Alves é morador no bairro Potosí, foi conduzido porte ilegal de arma de fogo e posse de drogas à 11ª Delegacia Regional de Polícia Civil para que sejam tomadas as devidas providências.



Leonardo Alves Macedo

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno (X) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Tráfico de drogas

Um homem identificado como William Alves Durval, foi preso na quarta-feira (19), suspeito de tráfico de drogas na rua Principal, bairro Vilinha, em Imperatriz. Com ele foram encontradas dez trouxas de maconha e vários outros objetos. De acordo com informações do 14º Batalhão de Polícia Militar (14º BPM), a prisão do suspeito aconteceu após a guarnição de plantão avistar William em atitudes suspeitas de tráfico de drogas. O suspeito foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Imperatriz.

Policiais do Cosar reforçaram o combate ao crime organizado no interior do estado

25 homens da Polícia Militar, sendo 12 da capital e 13 do interior, concluíram o curso, que teve duração de 48 dias

(Foto: NaelReis)

COSAR estará nos próximos dias nas ruas do Maranhão

A 3ª turma do Curso de Operações de Sobrevivência em Área Rural (COSAR) estará nos próximos dias nas ruas do Maranhão para reforçar as ações de combate ao crime organizado no interior do estado. "O curso tem um rol de instruções muito diversificado, porém todos voltados com a finalidade de prevenir e capturar assaltantes. Claro que uma vez que o Cosar está na região, pode atuar em qualquer ocorrência, roubo, roubo de veículo, tráfico de droga, entre outras ações da atividade de um policial. Mas o preparo deles é para o patrulhamento da região com o rastreio e perseguição de assaltantes no interior das matas, dando cabo a esse tipo de quadrilha, principalmente para o combate aos assaltos a bancos", destacou o comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel José Frederico Gomes Pereira.

O evento de enceramento da 3ª turma do Curso de Operações de Sobrevivência em Área Rural foi realizada, na terça-feira (18), no Comando Geral da Polícia Militar, no Calhau. Nesta etapa, 25 homens da Polícia Militar, sendo 12 da capital e 13 do interior, concluíram o curso, que teve duração de 48 dias. "Estes homens devem se juntar com os outros policiais do Cosar que fizeram parte das duas primeiras turmas para reforçar as ações de combate ao crime em todo o estado. Nós temos obtido um resultado muito bom nos municípios em que os homens das primeiras turmas atuam. Em Presidente Dutra, as ações dos bandidos podem ser consideradas mínimas, após a inserção do Cosar na região", ressaltou o comandante.

Além de Presidente Dutra, local onde foi instalada a primeira base, mais 3 serão implantadas nesta etapa. De imediato estão previstas para este mês as bases de Bacabal e Maracaçumé. Até o final do ano o projeto é de expandir a base para o município de Buriticupu, assim como em outras regiões. As bases darão apoio às demais unidades da polícia, realizando o policiamento ostensivo, com barreiras nas cidades e nas estradas vicinais, além do trabalho de inteligência.

Os concludentes da 3ª edição, assim como os membros das duas turmas anteriores a esta, para entrarem em atuação nestes municípios, realizaram diversas etapas de treinamentos, principalmente no meio rural, realizando testes de resistência, força e de habilidade com armamentos. "Estes homens foram submetidos, a várias disciplinas, como tiro tático, Combate de Ambiente Confinado, técnica de abordagem, tiro pessoal, ações antibomba, operações policiais especiais, invasões táticas com explosivos, primeiros socorros, patrulha e antiterrorismo. A finalidade é qualificar o agente de segurança no combate do 'Novo Cangaço', uma nova modalidade de crime característico das quadrilhas de assalto a agências bancárias do interior do estado", detalhou o coordenador e comandante do Cosar, Neildo Frazão.

As Unidades do Comando Especial da Polícia Militar e o Grupo Tático Aéreo também instruíram os participantes, dando orientações na Base da Companhia de Operações Especiais (COE), no Centro de Formações e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), no 24º Batalhão de Infantaria Leve de São Luís e no 3º Batalhão da Polícia Militar em Imperatriz. Também foram oferecidas instruções na selva, nos municípios de Estreito e Carolina, com aulas práticas pelo 50º Bis, unidade do Exército Brasileiro.

O coronel Pereira ressalta ainda, que as ações implantadas pelo Governo do Maranhão têm por finalidade erradicar a criminalidade no estado promovendo a política de paz com a presença de homens da polícia treinados para agir em situações específicas. "Seguimos a orientação do governador Flávio Dino para que nós criemos estratégias para pôr fim no banditismo perpetrado pelo crime organizado, e uma dessas medidas é o Cosar, mas temos outras medidas como os policiais na área da Inteligência no interior do estado, temos ações integradas com a Polícia Civil através dos seus núcleos especiais, as unidades da Polícia Militar estão capacitando e equipando, inclusive estamos adquirindo no final deste ano mais uma expressiva quantidade de fuzis, enfim, armar os nossos policiais de modo que eles façam frente a qualquer tipo de ação criminosa".

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA / 10 / 2016	Página	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Presos adolescentes envolvidos em incêndios criminosos em São Luís

Oitenta adolescentes em conflito com a lei são alvo de operação da Polícia Civil que tem como objetivo o cumprimento de mandados de internação de menores reincidentes. Estes jovens, em sua maioria, são suspeitos de participar de atos de violência registrados na região metropolitana de São Luís, durante a semana em que foi realizado o 1º turno das eleições. São suspeitos, também, de cometerem atos infracionais graves incluindo roubos, tráfico de drogas e homicídios. Desde o início da operação, na segunda-feira, 17, um total de 10 adolescentes foram identificados e reencaminhados às unidades de internação na capital. A polícia também cumpre mandados de apreensão. A operação da Polícia Civil é realizada em conjunto com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Material apreendido com José Félix de Sousa Guimarães

A ação foi planejada durante reunião entre agentes da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e do Centro de Proteção à Criança e Adolescente (CPCA), quando foram levantados diversos processos. "São casos de descumprimento do chamado da justiça. Boa parte destes adolescentes fugiu ao saber da decisão judicial, ou, simplesmente não compareceram mesmo comunicados. Com isso, esses jovens voltam para o cometimento de ilícitos, aliciados por criminosos e aumentando sua ficha infracional", ressalta o titular da SPCC, delegado Armando Pacheco.

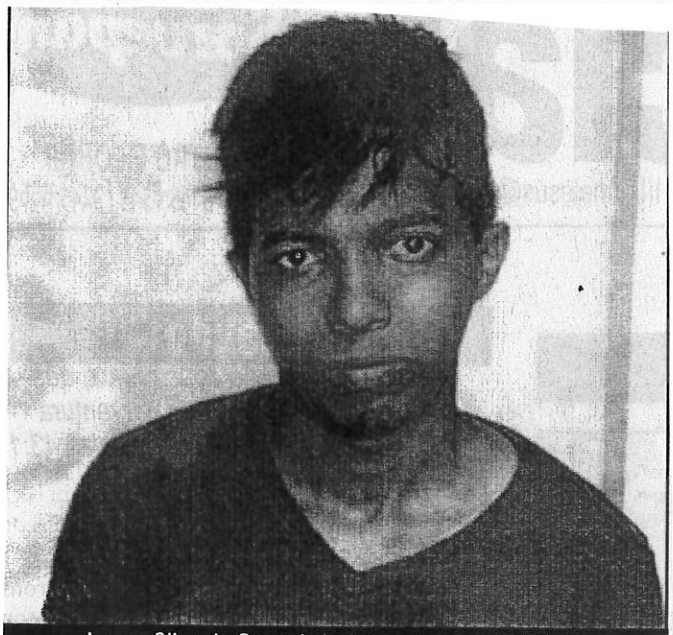
Ao ser cumprido o mandado de apreensão, o adolescente é encaminhado para a Delegacia de Proteção Criança Adolescente (DPCA) e de lá, para o Centro de Juventude Canãa, no Vinhais, onde pode permanecer por 45 dias, até que a Justiça defina o encaminhamento. "O que esperamos é que eles possam ser encaminhados para cumprir as medidas socioeducativas. O próprio histórico deles possibilita essa decisão judicial", explica Pacheco. No regime de internação o adolescente infrator pode cumprir até três anos de medidas.

Em alguns casos, há adolescentes com histórico de mais de cinco roubos e homicídios, informa a titular da DAI, Hirana Cláudia Coelho. "E eles deveriam estar cumprindo as medidas socioeducativos e por algum motivo que não entendemos estão fora do sistema cometendo mais infrações. Ficamos de mãos atadas, pois à polícia cabe a apreensão destes jovens, mas não temos ingerência sobre a decisão da medida a cumprir", enfatiza Hirana Coelho. Todos os processos dos adolescentes envolvidos são remetidos à Justiça. "Dessa forma, o juiz terá base na sua decisão e o que vemos é que até os promotores têm acolhido o trabalho da delegacia e representado pela internação destes jovens", disse a delegada.

O trabalho prossegue ao longo da semana e será permanente. Outros processos estão em fase de levantamento na DAI para que sejam identificados mais adolescentes nessa situação. A ação policial prendeu ainda um homem identificado por Elielson Pereira Reis, suspeito de roubo, que foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em apoio ao trabalho estão ainda a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) e distritos ligados às Superintendências de Polícia Civil das Seccionais Norte, Sul, Leste e Oeste.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa



Lucas Silva da Conceição foi preso na quarta-feira

Homem é preso por homicídio no Parque das Palmeiras, em Imperatriz

Um homem identificado como Lucas Silva da Conceição, foi preso na quarta-feira (19), em cumprimento de um mandado de prisão em aberto pelo homicídio de João Vitor Nascimento, que aconteceu em setembro de 2015 no Parque das Palmeiras. A prisão foi realizada por intermédio da Delegacia de Homicídio de Imperatriz.

De acordo com a Polícia Civil (PC), a prisão foi decretada pelo juiz Mário Henrique Reis, após representação do delegado da Polícia Civil Praxisteles Martins.

O suspeito encontra-se em custódia Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), em Imperatriz, antiga CCPJ.

OUTRA PRISÃO - Um homem foi preso na quarta-feira (19), com um mandado de prisão em aberto, no km 260, da BR-010, em Imperatriz. O mandado foi expedido em janeiro de 2015, pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno (RO).

De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o suspeito estava em um caminhão e durante uma fiscalização ele foi parado e depois os policiais consultado o Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP), e identificaram a existência.

A PRF, também, informou que diante dos fatos foi explicado a situação ao motorista, o qual não ofereceu resistência, tendo sido o mesmo conduzido para Unidade Operacional de Imperatriz, a fim de realizar a lavratura do Boletim de Ocorrência Policial (BOP) e ato contínuo seguir para Polícia Judiciária para os procedimentos cabíveis.

TRÁFICO DE DROGAS - Um homem identificado como William Alves Durval, foi preso na quarta-feira (19), suspeito de tráfico de drogas na Rua Principal, bairro Vilinha, em Imperatriz. Com ele foram encontradas dez trouxas de maconha e vários outros objetos.

De acordo com informações do 14º Batalhão de Polícia Militar (14º BPM), a prisão do suspeito aconteceu após a guarnição de plantão avistar William em atitudes suspeitas de tráfico de drogas.

O suspeito foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Imperatriz.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Polícia apreende 41 tabletes de maconha dentro de van

A droga foi encontrada durante fiscalização policial na cidade de Santa Luzia

Quarenta e um tabletes de maconha foram apreendidos, e um homem foi preso, ontem (20), na cidade de Santa Luzia, no Maranhão. A ação policial aconteceu por volta das 7h30, durante uma fiscalização no povoado Parada do Gavião, região de Santa Luzia, que tinha o objetivo de apreender armas, drogas e veículos roubados.

As drogas foram encontradas em uma van de placa PSF-5737, a qual fazia transporte de passageiros de Arame a Santa Luzia. Os 41 tabletes de maconha estavam dentro de uma mochila, no interior do veículo.

Após averiguação, a polícia constatou que a droga era de um passageiro, identificado como Jorge Chagas Pereira, 30 anos, o qual foi conduzido e apresentado na Delegacia de Santa Luzia, para serem tomadas as devidas providências legais.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

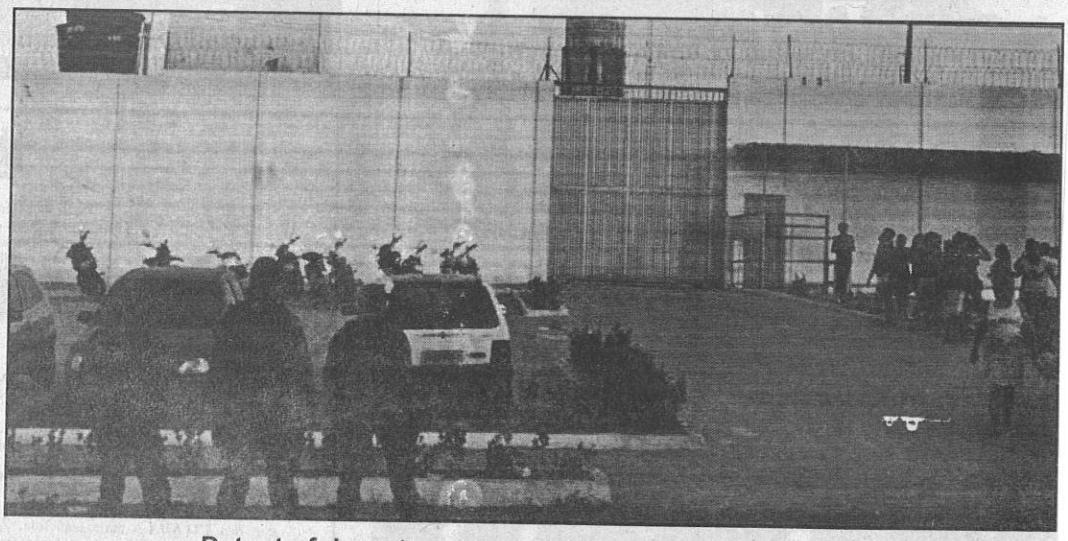
VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

EM PEDRINHAS

Após "salve" de facção, mais um preso é encontrado morto

Uma fonte oficial da cúpula da Polícia Civil do Maranhão confirmou uma morte no Complexo Penitenciário de Pedrinhas na tarde de ontem (20). A informação surgiu após o Instituto Médico Legal (IML) confirmar que havia recebido um chamado do presídio. O motivo da morte não foi revelado, mas informações iniciais dão conta de que teria sido um homicídio. Este caso acontece no mesmo dia em que circulou na imprensa um comunicado da cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, informando que o pai de um integrante da facção havia sido assassinado no Maranhão. Ainda segundo esse comunicado, essa morte motivou a guerra que ocorre nos presídios em vários estados brasileiros. Neste ano, seis presos já foram mortos em Pedrinhas, dois só neste mês.

O preso morto ontem trata-se de Marcos Vinícius Abreu Rodrigues, que estava em uma cela na Unidade Prisional de Ressocialização, antigo CDP. Nenhum detalhe sobre esta morte foi revelado e o caso é tratado com sigilo, porém funcionários do IML confirmaram que foram chamados para o local nesta tarde.



Detento foi morto no mesmo dia em que circulou na imprensa comunicado do PCC falando de conflito

CLIMA TENSO

Desde os últimos ataques realizados em São Luís, após ordens saídas de dentro de Pedrinhas, o clima é tenso no local. Presos chegaram a fazer uma grande rebelião e familiares realizaram um protesto nas proximidades do Palácio dos Leões (sede do Governo do Maranhão) para denunciar abusos por parte da polícia no presídio.

Recentemente, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, disse em entrevista ao site da revista Época, publicada nesta terça-feira (18), que "não há nenhuma informação" sobre supostas motivações políticas que teriam impulsionado rebeliões no Maranhão.

Ontem, de acordo com reportagem da revista Época, um "salve", escrito à mão, mostra que a morte do pai de um dos integrantes da facção PPC, no Maranhão, motivou a guerra que ocorre nos presídios em vários estados brasileiros, inclusive em Pedrinhas. Este comunicado foi transportado por algum advogado ou visitante e foi transmitido por telefone às unidades prisionais que não possuem bloqueador de celular. Nos últimos dias, o resultado pode ser visto em Roraima, Rondônia e Ceará, com 19 pessoas assassinadas por integrantes da facção paulista.

Segundo o Ministério Público de São Paulo o conflito liga o Comando Vermelho a pequenas facções criminosas inimigas rivais do PCC, surgidas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. A intenção seria evitar a hegemonia da facção paulista no tráfico de drogas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 21/ 10 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

GIRO POLICIAL

Garçom é preso por extorquir clientes de restaurante

Um garçom, identificado como Erivelton do Nascimento Moraes (foto), 24 anos, foi preso ontem (20), pelo crime de extorsão.

Segundo a Polícia Civil, o jovem, que trabalha em um restaurante no bairro Vinhais, em São Luís, aproveitava o momento em que os celulares dos clientes estavam carregando para copiar fotos e vídeos íntimos.

Depois que conseguia as imagens, o garçom entrava em contato com o cliente e exigia uma quantia em dinheiro para não divulgar o conteúdo nas redes sociais ou WhatsApp.

Erivelton foi preso no Terminal de Integração Praia Grande, quando se preparava para receber dinheiro proveniente da extorsão de uma das vítimas.

Em entrevista, o delegado Tiago Bardal, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), explicou como Erivelton conseguia as imagens íntimas das vítimas.

Encontrado cadáver no bairro Angelim

Na manhã de ontem (20), populares localizaram um corpo de um homem, de aproximadamente 20 a 25 anos, em um terreno no bairro do Angelim, em São Luís. Segundo informações os policiais militares que estão no local disseram que não é possível identificar o que teria levado a morte do homem. O Instituto Médico Legal (IML) deverá fazer um exame cadavérico para revelar a causa da morte.

Adolescente é apreendido com 56 pedras de crack

Um adolescente foi apreendido, no fim da manhã de ontem (20), com 56 pedras de crack. Segundo a polícia, o jovem estava na avenida dos Africanos, em São Luís, quando foi avistado por uma equipe do Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 1º BPM. Os policiais reconheceram o adolescente como um dos suspeitos de participar de queimas de ônibus na Região Metropolitana de São Luís.

Os PMs foram à casa do suspeito, após receber informações de que ele também traficava drogas na região. No local, a polícia encontrou 56 pedras de crack enterradas no quintal da residência. O jovem já tem passagem pela polícia, possuindo um mandado de apreensão em aberto. Após a apreensão, o adolescente foi conduzido à Delegacia do Adolescente Infrator, para serem tomadas as providências cabíveis.

Homem é preso por tráfico de drogas na Vilinha

Um homem identificado como William Alves Durval, foi preso na quarta-feira (19), suspeito de tráfico de drogas na rua Principal, bairro Vilinha, em Imperatriz. Com ele foram encontradas dez trouxas de maconha e vários outros objetos. De acordo com informações do 14º Batalhão de Polícia Militar (14º BPM), a prisão do suspeito aconteceu após a guarnição de plantão avistar William em atitudes suspeitas de tráfico de drogas. O suspeito foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Imperatriz.

Homem é preso por homicídio no Parque das Palmeiras

Um homem identificado como Lucas Silva da Conceição, foi preso, na quarta-feira (19), em cumprimento de um mandado de prisão em aberto pelo homicídio de João Vitor Nascimento, que aconteceu em setembro de 2015 no Parque das Palmeiras. A prisão foi realizada por intermédio da Delegacia de Homicídio de Imperatriz. De acordo com a Polícia Civil (PC), a prisão foi decretada pelo juiz Mário Henrique Reis, após representação do delegado da Polícia Civil Praxisteles Martins.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida (X) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 21 / 10 / 2016	Página 06	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

É SEMPRE ASSIM

34 condenados que saíram, para o Dia das Crianças, não retornaram

Dos 404 apenados do Complexo de Pedrinhas beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças, que deveriam retornar às unidades prisionais até as 18h de terça-feira, 18, 34 não se apresentaram e já são considerados foragidos da Justiça. A princípio, a portaria assassinada pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (1ª VEP) da Comarca de São Luís, Ana Maria Almeida, concedia o benefício a 431 detentos, mas 27 não tiveram seus nomes homologados. Ela ainda ontem aguardava os nomes dos que desobedeceram a esse prazo para expedir o mandado de prisão.

O número de foragidos nas quatro saídas temporárias deste ano – Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças – chega a 158 e todos tiveram ordem de prisão decretada e regressão de regime do semiaberto para o fechado. Nas cinco saídas temporárias do ano passado, 230 presidiários não retornaram aos 14 estabelecimentos penais da Ilha, em São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

A magistrada informou também que a Justiça vai dar ciência sobre a existência desses mandados de prisão à Polícia Militar, aos distritos policiais, ao Cadastro do Sistema de Segurança Pública (Sigo) e até mesmo ao Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP). Segundo ela, estão sendo providenciadas pela Vara as decisões de regressão de regime. A Lei de Execução Penal (LEP), no artigo 118, afirma que a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, como é o caso.

Ainda de acordo com a LEP, são cinco saídas temporárias durante o ano – Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Este benefício é concedido por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

SAÍDAS TEMPORÁRIAS - Para a magistrada, a quantidade de internos que não retornaram ao presídio no último dia 18, é significativa. O total dos presidiários que não voltaram corresponde a 8,41%, já que somente 404 saíram no último dia 12. A portaria tinha autorizado a saída de 431, mas apenas 404 tiveram o nome homologado para a concessão desse benefício.

Ela também disse que um número significativo também foi registrado na saída temporária do Dia dos Pais, no mês de agosto deste ano, quando apenas 39 dos 406 beneficiados não retornaram aos estabelecimentos prisionais, o que corresponde a 9,6%. "São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento de suas penas, inclusive, já que saíram em um momento de crise, mas retornaram", avalia a magistrada.

Também durante este ano, antes da saída temporária do Dia dos Pais, já haviam ocorrido outras duas e uma delas, a da Páscoa, no fim no mês de março. Neste benefício, dos 351 apenados agraciados com a saída de Páscoa, 47 não cumpriram o prazo de retorno que estava previsto para o dia 29 de março. Na saída do Dia das Mães, dos 348 internos beneficiados 36 não voltaram até as 18h do dia 11 de maio à sua unidade prisional, como estava previsto.

DIVERGÊNCIA - Em nota enviada no fim da tarde de ontem, a assessoria de comunicação do Governo diverge dos números divulgados pela Justiça e informa que apenas 352 detentos foram beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças e efetivamente deixaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 12 de outubro e, entre esses, 33 apenados, portanto, não cumpriram o prazo de retorno para às 18h de terça-feira, 18, determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 034/2016, que prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu.

FIQUE SABENDO - Na segunda-feira, 17, Jean da Conceição Azevedo, de 24 anos é apenado do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e teria sido um dos beneficiados na Saída Temporária do Dia das Crianças, foi preso em companhia de Hilson José Cardoso Barboza, de 22 anos, e de Nayifson Campos Melo, de 19 anos, durante uma incursão realizada por uma guarnição do Batalhão de Choque, na Vila Vicente Fialho. Em poder do trio a polícia apreendeu uma pistola 380, um revólver calibre 38, uma faca, 17 munições e um veículo com registro de roubo, um Uno Vivace vermelho, de placas OIT-9503.

Presos, que receberam indulto do Dia das Crianças, menos da metade não retornou

Números

158 É o número de apenados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, agraciados nas quatro saídas temporárias deste ano, e que não retornaram e são considerados

234 É o número de presidiários agraciados nas cinco saídas temporárias do ano passado que não voltaram aos estabelecimentos penais da Região Metropolitana de São Luís

> *"São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento das suas penas, inclusive, porque saíram em um momento de crise, mas retornaram".*
>
> **Ana Maria Almeida – juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (1ª VEP) da Comarca de São Luís**